

MONUMENTOS LINGÜÍSTICOS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XVI E XVII¹

Marina Kossárik
Univ. Estatal de Moscovo Lomonósov

Razões do estudo e métodos da análise

A historiografia lingüística tem interesse não só puramente arqueológico, mas, pelo contrário, vantagem prática: a análise dos monumentos antigos pode estimular o espírito do investigador moderno ao topar-se ele com algumas idéias novas (ou, em muitos casos, noções antigas bem esquecidas). A análise da tradição anterior à gramática de Port-Royal tem um especial significado. No entanto, ainda ficam bastantes lacunas no estudo do período marcado. Vários trabalhos historiográficos caracterizam-se por certa carência do interesse por esse tempo, que, na realidade, é um ponto chave na história da ciência, época da formação e consolidação de idéias da lingüística moderna. Enquanto a Antiguidade clássica e o Século das Luzes estão bastante pesquisados e, nas últimas décadas, cresce a atenção ao Medievo, o Renascimento é apreciado principalmente como o período de apologia e codificação de vernáculos, o que não reflete o amplo espectro da problemática das obras da época. Às vezes nota-se uma subestimação dos textos lingüísticos do período em questão e a crítica deles sem fundamento.² Em muitos casos a ligação das obras lingüísticas dos quinhentos e do início dos seiscentos com a tradição medieval se mostra fora do interesse de investigadores, enquanto os vínculos desses monumentos com a Antiguidade são comumente reconhecidos. Como resultado, as relações da doutrina lingüística iluminista com os períodos anteriores ficam sem o suficiente estudo e não se dá o devido valor aos monumentos filológicos da época. Além disso, nem sempre são analisados os elos da doutrina lingüística dos séculos XVI e XVII com o contexto cultural e filosófico deste período. Como

¹ Agradeço muito ao professor Evanildo Bechara pelo convite para publicar este artigo na revista *Confluência*, o que para mim é uma grande honra. Este artigo faz parte da investigação (que realizei em Moscovo e em Portugal como bolsista do Instituto Camões) dedicada à doutrina lingüística portuguesa dos quinhentos e seiscentos.

² A injusta crítica aos gramáticos da época de imporem a várias línguas categorias do latim.

resultado, continua pouco avaliada uma das principais etapas da história da nossa ciência, que preparou uma grande viragem na teoria e prática dos estudos lingüísticos. Mais uma característica de algumas obras historiográficas é o insuficiente apreço da tradição pirenaica, e, especialmente, da portuguesa, que continua pouco conhecida fora dos países lusófonos. Claro que é estudada pelos historiógrafos portugueses e brasileiros e pelos lusitanistas estrangeiros³. Contudo, a investigação da história da lingüística portuguesa não está acabada e continua a ter muito interesse, especialmente o intervalo entre o início do século XVI, quando se publicam as primeiras obras filológicas portuguesas, e os anos 60 do século XVII.⁴ Neste período, em Portugal e nas suas colônias foram criadas e editadas obras lingüísticas de diversos gêneros (gramáticas, diálogos, tratados e dicionários), dedicadas a várias línguas: português,⁵ latim,⁶ tupi,⁷ concani,⁸ hebraico.⁹ O seu estudo é o assunto deste artigo.

A comparação dos monumentos que diferem tanto pelos fins e pelo material descrito só pode ser realizada partindo de bases comuns. Para evitar uma atitude unilateral aos monumentos, que às vezes achamos em investigações historiográficas,¹⁰ nesta investigação todos os textos foram analisados pelo esquema unificado, estudando em todas as obras o conjunto dos temas próprios da lingüística da época. O exame complexo da totalidade dos textos, seguindo o modelo unificado, possibilita criar um quadro objetivo da doutrina lingüística dos séculos XVI e XVII. Os monumentos portugueses foram pesquisados, tendo em conta a tradição europeia anterior e posterior. Aliás, foi prestada atenção ao contexto sociocultural e à situação sociolingüística nos quais surgiu a escola filológica portuguesa.

³ Almeida 1959; Buescu 1983; Buescu 1978; Buescu 1983a; Calafate 1993; Cardoso 1986; Casteleiro 1980; Casteleiro 1980/81; Coseriu 2000; Fávero 1996; Freire 1964; Gonçalves 1936; Gonçalves 1992; Louro 1962; Révah 1975; Stegagno 1959; Teyssier 1966; Torres 1999; Verdelho 1995; Woll 1994; Kossarik 1995; Kossarik 1997; Kossarik no prelo.

⁴ Data da Gramática de Port-Royal.

⁵ Oliveira 1536; Barros 1540; Gândavo 1574; Leão 1576; Leão 1606; Faria 1624; Vera 1631; Pereira B. 1666; Pereira B. 1672.

⁶ Cavaleiro 1516; Sousa 1535; Alvares 1572; Resende 1540; Clenardo 1538; Pereira F. 1643; Roboredo 1619; Roboredo 1621; Roboredo 1623, Roboredo 1625.

⁷ Anchieta 1595; Figueira 1621.

⁸ Estêvão 1640;

⁹ Távora 1566.

¹⁰ Quando num monumento só são expostos os temas da norma, em outro, as questões da língua universal, no terceiro, a problemática da história, etc.

Condições da criação dos monumentos lingüísticos portugueses

A especificidade do ambiente de Portugal e, mais amplo, de toda a Península Ibérica nos séculos XVI e XVII (bem diferente da situação em França e Itália) determinou as particularidades da doutrina lingüística portuguesa. Para Portugal da época é típico um certo ecletismo: a coexistência dos traços inovadores, renascentistas, e dos arcaizantes, medievais. De um lado, vemos tendências humanísticas, crescentes contatos com vários centros culturais europeus. Enorme significado tiveram os Descobrimentos, no decurso dos quais os portugueses não só conheceram os novos mundos, novos fenômenos naturais, sociais, etnológicos e, o que é mais importante para nós, lingüísticos, mas tiveram que resolver muitos problemas práticos (da navegação, colonização de novos territórios, etc.). Tudo isto deu um sensível impulso à ciência, especialmente às suas áreas práticas (o empirismo faz-se uma característica da ciência portuguesa renascentista), resultando na descrição de muitíssimos fenômenos concretos, inclusive línguas. Do outro lado, as tendências conservadoras da Contra-Reforma, contribuindo com a preservação de vários elementos medievais, promoveram o florescimento da tradição filosófica e lógica aristotélica.¹¹ Como acentuam os investigadores da Segunda Escolástica,¹² as obras de Fonseca,¹³ o Curso Conimbricense¹⁴ (que, mais tarde, influenciaram muito Espinosa, Descartes e Leibnitz) conservam o amplo espectro de idéias da filosofia medieval. Referindo a Portugal, nem se trata da derrota do nominalismo ou da absoluta perda das idéias de modistas. O ambiente do Portugal dos séculos XVI e XVII, que pode ser caracterizado como “interparadigmático” (se usarmos a terminologia de T. Kuhn¹⁵), revela-se em várias áreas e, particularmente, no pensamento lingüístico. É de notar que os autores portugueses demonstram um profundo conhecimento das doutrinas lingüísticas tanto da Antiguidade Clássica e do Renascimento, como da Idade Média: os textos contêm inúmeras referências a todo o círculo dos gramáticos e filósofos antigos, a muitos autores renascentistas (Nebrija, Linacre, F. Sánchez, entre outros) e alusões a tratados escolásticos, inclusive os de modistas.

¹¹ Lembremos os méritos desta tradição em formular idéias, importantíssimas para a lingüística de vários períodos, desde a Antiguidade até aos nossos dias.

¹² Coxito 1981.

¹³ Fonseca 1564, 1591.

¹⁴ Commentarii 1592-1597.

¹⁵ Kuhn 1962.

O início da tradição filológica em Portugal coincide com uma importante etapa da história da língua portuguesa. Nesse momento já se realizam muitas mudanças na fonética, gramática e no léxico. A língua nacional aproxima-se da plenitude do seu paradigma funcional, substituindo o latim em várias esferas (mas este resiste como a língua da escola oficial que estava sob controle dos jesuítas até aos meados do século XVIII). Mais um participante da situação lingüística em Portugal é o espanhol: o ambiente político, especialmente entre os anos 1580 e 1640, faz sensível a tendência ao bilingüismo português-castelhano; contudo, o português nunca perdeu o seu estatuto de língua literária e de idioma nacional. Ainda mais complicada é a situação lingüística nos territórios descobertos, em cujo âmbito participam as línguas indígenas. Os monumentos portugueses refletem o estado da língua e as particularidades da situação sociolingüística.

Problemática dos monumentos

Apologia da língua materna

Um dos principais temas da lingüística dos séculos XVI e XVII é a “defesa e ilustração”, ou apologia, do vernáculo. Resulta da radical modificação de todo o paradigma sociocultural da época: consolidação do estado nacional, mudança da situação sociolingüística, destruição da visão medieval do mundo.

Um importante aspecto desta temática é a revelação do papel da língua na história do povo, na formação do estado e na colonização de novos territórios; surge também o tema do emprego do vernáculo na função de comunicação internacional:

a língua e a unidade della he mui çerto apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos;¹⁶ o nosso rey e senhor pois tem terra e mando [...] e a sua gente tenha fala ou liguagem não mal misturada mas bem apartada;¹⁷ este nome de Portugal e antigo e agora com a virtude da gente muyto enobrecido e cõ muitos bõs tratos e cõversações assi em armas como em letras engrandecido;¹⁸ Apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficara com mayor eternidão a memoria delle; e nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com bõas doutrinas q a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos delles louvados e

¹⁶ Oliveira 1536, Capitulo xxxij, Cvi v.

¹⁷ Ibid., Capitulo xliij, Dviiij.

¹⁸ Ibid., Segundo capitulo, Aiiij v.

amados porq a semelhança e causa de amor e mays em as linguas. e ao contrayro vemos em Africa, Guine, Brasil e India não amarẽ muyto os portugueses q antrelles naçem so pola differença da lingua; e os de la nacidos querẽ bem aos seus portugueses e chamamlhes seus porq falão assi como elles;¹⁹ As armas e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas [...] mateiriães sam, e podeãs o tempo gastár: però nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses nestas terras leixárem. [...] Certo e que nã á hy glória que se póssa comparár, aquãdo os mininos Ethiopas, Persianos, indos daquẽ e dalẽ do Gangue, em suas próprias tẽrras, na força de seus tẽplos e pagódes, onde nunca se ouvio o nome romano: per esta nõssa árte aprenderem a nõssa linguágem, com que póssam ser doutrinãdos em os preçeitos da nõssa fe, que nella vãm escritos.²⁰ os homẽs desses estados [de Flandres] tanto pretendem saber a lingoa Portuguesa, por o muito comercio que com os Portugueses tem, que todolos annos nas naos q a Portugal vem continuamente, mandão muito numero de moços filhos de mercadores, & tratantes a aprender a lingoa Portuguesa, & servem soo por o premio de a saberem. [...] E manifesto he que como entre todas as nações que no mudo ha, nenhũa se alõgou tanto de sua terra natural, como a nação Portuguesa, [...] penetraraõ tudo o que o mar Oceano cerca, & consigo levaraõ sua lingoa. A qual tam puramente se falla em muitas cidades de Africa, que ao nosso jugo são subjectas, como no mesmo Portugal, & em muitas provincias da Ethiopia, da Persia & da India, onde temos cidades & colonias, nos Syonitas, nos Malaios, nos Maluqueses, Lequeos, & nos Brasijs, & nas muitas & grandes ilhas do mar Oceano. [...] E a lingoa Portuguesa com razão se pode ter em muito, & chamar ditosa, pois por ella se anũciou & manifestou a tantas gentes, & de tam remotas & estranhas provincias, a fẽ do nosso Senhor Iesu Christo.²¹

Estas questões, levantadas pelos autores das primeiras descrições do português, não perdem a sua atualidade para os apologistas dos seiscentos:

A terceira commodidade [do Methodo] he ajuda da conservação e dilatação de Fee, & Imperio. Porque reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: &

¹⁹ Ibid., Quinto capitulo, Av v.

²⁰ Barros 1540, Diálogo, 57-58.

²¹ Leão 1606, 136-137.

cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa, facilmête se irão introduzindo apos a lingua as leis, & apos as leis os costumes, q per menos tempo aborrecerãõ; e sobre tudo a doutrina Christaã, q mais importa. Impresa foi tambẽ de Gregos, & Romanos pretenderem perpetuar seu nome, & Imperio não sômête pela espada, mas pela lingua, ensinãdo a per arte, & introduzindo a pelas causas judiciaes nos seus tribunaes;²² en tanta estima tem a lingua Portuguesa o mesmo, Reyno per decreto comũ, pedio nas capitulações do casamento del Rey D. Ioãõ I. de Castella com a infanta D. Brites, filha do nosso Rey D. Fernãdo q vindo esta Provincia a servir cõ aquella, os Reys q nella succedessẽ fariãõ escrever todas as cousas do governo publico, na lingoa Portuguesa. O proprio se alcançou pellos tres estados, quando elRey D. Manoel fez jurar o Principe D. Miguel seu filho por successor de Portugal. E ultimamête a mesma merce nos offereceo, & cõcedeo elRey D. Felipe I. quãdo etrou na successãõ desta Coroa, & â instãcia das primeiras Cortes, a cõfirmou e Tomar. Pelo que pois esta he a opiniãõ de todo Reino não deve haver nenhũ particular q tenha a contraria; por q doutro modo ficara a parte desunida do todo, & não podera ser contado entre verdadeiros Portugueses.²³

Os gramáticos elaboram os fundamentos da política lingüística não só nas colônias, mas também na metrópole, o que é um ponto nevrálgico para o Portugal do período da perda da independência. São elucidativos os exemplos da política lingüística em vários países e em diversas épocas que Severim de Faria expõe como lição para os seus compatriotas:

Dos Romanos sabemos que depois de estabelicido o Imperio, ordenãrãõ cõ rigurosas leis, que todos os Magistrados usassem nas provincias estranhas de lingoa latina, & não dessem noutra, resposta algũa publica. Os Carthaginenses prohibirãõ, q ninguem aprendesse outra lingoa mais que a da Patria. Os Escoceses ensinãõ na sua as sciencias, & pera isso tem traduzido nella todas as Artes [...]. Ulid celebre Miramolim dos Arabes [...] mandou que em todos os seus Reynos não se escrevesse mais que na lingua Arabia. O mesmo publicou por ley elRey Duarte IIII. de Inglaterra, ordenando que as cousas publicas se não tratassem, ou escrevessem senãõ na lingoa Anglicana. [...]. Raix Xarafo Guasil de Ormus, o qual tendo muita noticia da lingoa Portuguesa, & tratando seu livremento diante del Rey D. Ioãõ III. numqua lhe quis fallar senãõ por interprete, por não

²² Roboredo 1619, a4v-b.

²³ Faria 1624, 86-86v.

deixar a lingua de sua Patria. El Rey D. Ioaõ I. de Castella mandou também, q nas cousas publicas se usasse da lingua Castelhana.²⁴

O motivo de louvor da língua materna é para todos os autores da época, exceto Oliveira e Roboredo, a proximidade ao latim; é nela que se baseia a hierarquia de línguas e dialetos. A semelhança com o latim é considerada como a comprovação da “gramaticalidade” (ou seja, do caráter sistemático) do idioma. Todos os filólogos da época vêem no latim o exemplo do cultivo da língua; todos, salvo Oliveira, apreciam concretas formas e construções latinas como modelares:

E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua & não a lingua os homens. E e manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homens as poserão na perfeição q agora tem.²⁵ Grãmatica latina, cuios filhos nós somos [...].²⁶ Quál destas [línguas] á por melhór, e mais elegante? A que se mais confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia.²⁷ como notoriamente decenderão estas²⁸ da latinidade, aquella alcançarã mais de suas perfeições, que inda hoje se conformar mais com ella, assim nos vocabulos como na Ortografia.²⁹

A maior parte dos autores (outra vez, com exceção de Oliveira) vê no estudo da gramática portuguesa um auxílio na assimilação da língua latina. Mas Roboredo, seguindo a posição do primeiro gramático português, já levanta o problema de modo mais vasto: insiste em aprender primeiro a gramática da língua materna; sublinha a importância do estudo teórico dela como base do domínio de qualquer língua. Por esta razão o autor setecentista insiste na criação da cadeira do português na universidade:

ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte da lingua Materna e logo a Latina, Grega e Hebraea e as mais, que quiserem aprender no mesmo Methodo. E a lingua Materna se há primeiro de ensinar per arte aos meninos. Para o que fora de muita importancia crearse hũa cadeira da lingua Materna ao menos nas Cortes e Universidades; ou cõverter hũa das Latinas. [...] Saberão

²⁴ Faria 1624, 85-86.

²⁵ Oliveira 1536, Quarto capitulo, Aiiii-Aiiii v.

²⁶ Barros 1540, 2 v.

²⁷ Ibid., 53v-54.

²⁸ Línguas vulgares.

²⁹ Faria 1624, 71.

os principiantes per arte em poucos anos & melhor a lingua Materna, que sem arte sabem mal per muitos anos [...]: terão mais copia de palavras, & usarão dellas com mais propriedade. [...]. Saberão per regras de compor & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntar-lhe palavras externas com soffrivel corrução, & formar outras de novo; para que com menos rodeios se possam explicar conceitos & as ciencias, quando na Materna se queirão explicar conceitos e as ciencias. Porque a pobreza das Maternas na tradução de livros Gregos, & Latinos, & na declaração de spiculações filosoficas, se manifesta. Saberão fugir de palavras externas ainda não recebidas quando teem proprias por não mostrarem que a lingua he mais pobre: como o Jurista que usa de Dolo, quando tem Engano, & de Dirimir, quando tem, Apartar, Desfazer.³⁰

Os séculos XVI e XVII é a época de substituição do latim pelo vernáculo na função da linguagem da ciência (depois de realizada esta substituição em outros gêneros da escrita), e os monumentos filológicos portugueses refletem esse processo. Oliveira indica as falhas do latim nessa função, demonstrando os defeitos do latim universitário.³¹ Nunes de Leão, progredindo, já explicita a possibilidade de usar qualquer língua como linguagem da ciência e indica que o grego e o latim servem como fontes para a terminologia do vernáculo. Este autor analisa a especificidade do termo como atributo da linguagem da ciência, declara a necessidade do uso da terminologia, explana a ligação do termo com o respectivo conceito científico:

nesta lingua latina digo vejo âtre os letrados della assi como são de diversas facultades haver diversos vocabulos e geitos de fallar e dizêdo todos hũa mesma cousa não se entendem antre si. Mas os grâmaticos zombão dos logicos: e os sumulistas apupão aos rhetoricos: e assi de todos os outros. O qual defeito não sei cujo he: ainda porẽ q não sey se lhe chamão elles defeito: mas eu julgo o ser grãde e não da lingua: sera logo dos homês: e para que possamos fugir destas e doutras culpas em qualguer lingua e muito mais na nossa saibamos q a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q a possão todos entender.³² ha nas lingoas alheas algũs termos que

³⁰ Roboredo 1619, a3v-a4.

³¹ É de notar que o gramático português, diferentemente de Valla, Scaligero e Sánchez, está preocupado com a questão de qual idioma deve servir como a língua de ciência, e não com a qualidade do latim dos seus contemporâneos.

³² Oliveira 1536, Capitulo xxxviiij, Diiij.

naõ ha na nossa, para declarar o que sentimos ou ensinamos. Polo que cada dia os tomamos das lingoas latina, ou Grega, por terẽ para isso seus terminos sabidos, & notos a todos. Polo que quem quisesse tratando da Dialectica em lingua Portuguesa (porque as sciencias não tem lingua propria, & em qualquer se pode ensinar & saber) & usasse de outro termo em lugar de syllogismo, que os Romanos tomaraõ dos Gregos, naõ se daria bem a entender, ainda que per rodeios, & por a diffinição do mesmo syllogismo (que seria cousa longa & fastidiosa) o que quisesse explicar. E o que tratasse da cosmographia melhor se daria a entender pelas palavras longitudo & latitudo, que saõ terminos notos & magistraes, que pellas palavras longura & largura nossas, posto que mui claras.³³

Durante muitos séculos o latim serviu de metalíngua da descrição gramatical, conservando essa posição até nas obras mais inovadoras.³⁴ No período que estudamos, os vernáculos consolidam as suas posições da metalíngua, e os monumentos portugueses dão um vasto material para formarmos idéia das etapas deste processo. O latim, que foi a única língua da descrição lingüística, é substituído pelo vernáculo, primeiro nas gramáticas da língua materna,³⁵ depois nas descrições das línguas exóticas³⁶ e, afinal, nas próprias gramáticas do latim.³⁷ A língua nacional fica um meio todo-poderoso da descrição de qual-

³³ Leão 1606, 138-139.

³⁴ Por exemplo, nos tratados de modistas. Na *Minerva* de F. Sánchez (Sánchez 1587), a idéia da língua universal está inseparavelmente ligada ao latim; este se patenteia como o ideal mais próximo da língua universal.

³⁵ É de notar que na tradição portuguesa, bem como na castelhana, já a primeira gramática do idioma nacional é escrita em língua materna; cf. com a primeira gramática do francês escrita em latim (Dubois 1531). Oliveira, usando a língua materna, até inventa alguns termos novos, além de usar a tradicional terminologia gramatical, proveniente do latim: “As dições apartadas a que os latinos chamão simprezes ou singelas. As dições juntas a q os latinos chamão compostas” (Oliveira 1536, cap. xxxiiij, Cviiij; cap.xxxv, Cviiij v). Entre as gramáticas do português há uma que é escrita no latim (Pereira 1672), mas isto só se deve pelo fato de o autor dirigir a sua obra aos estrangeiros. Neste caso o latim serve como meio de comunicação internacional.

³⁶ Termo usado por L. Carvalhão Buescu para designar as línguas dos territórios descobertos (Buescu 1983). Às gramáticas dos séculos XVI e XVII que descrevem estas línguas aplicamos os termos “gramáticas de línguas exóticas” e “gramáticas missionárias” (os seus autores eram missionários).

³⁷ Pereira 1643; Roboredo 1619; Roboredo 1625. Esporadicamente a língua nacional aparecia já nas obras de Resende e Álvares, onde as formas portuguesas são usadas para explicar o significado dos tempos e modos do verbo latino (Resende 1540; Alvares 1572).

quer língua, inclusive a latina. Assim acaba o duradouro processo da “dessa-cralização” do latim, o qual se torna só uma das possíveis realizações da língua universal, a par de múltiplas outras línguas. A idéia da língua universal abstrai-se de qualquer língua concreta.

Os monumentos filológicos dos séculos XVI e XVII testemunham o processo da destruição da visão hierárquica das línguas. A tradição medieval colocava o latim no degrau supremo da hierarquia das línguas humanas, apreciando-o como a mais perfeita realização da universal língua transcendental³⁸ (em alguns casos este lugar era atribuído ao grego ou ao hebreu); as outras línguas se situavam nos degraus inferiores. Deste modo o vernáculo, avaliado como a corrupção do latim, se considerava a descida pela escada hierárquica das línguas humanas. A recusa desta visão está ligada a dois fatores: a apologia da língua materna e a consolidação das idéias da gramática universal que está na base de todas as línguas, inclusive a latina. A defesa do vernáculo, a afirmação da sua igualdade ao latim levava à compreensão das suas propriedades como características inerentes, não sujeitas à repreensão.³⁹ A apologia causou a polêmica sobre a superioridade de umas línguas sobre outras:

foram as tres linguágēs [grega, hebráica e latina], a que podemos chamár príncesas do mundo [...]. Estas por que perderam ia a vez do uso, e tem sómente a páрте de escritura, leixalamos por outras tres que fázem ao propósito da nóssa: as quães ao presente todalas outras preçedem, por tomárem destas primeiras páрте de seus vocábulos, principálmente da latina, que foy a derradeira que teve a monarchia, cujos filhos nós somos. Hũa destas e a Italiana, outra françesa, e outra espanhól. (F) Quál destas á por melhór, e mais elegante (P) A que se mais confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia. E nesta páрте muita vantaíem tem a italiana e espanhól, á francesa: e destas duas a que escreve como se fala, e que menos cõsoãtes leva perdidas. E nesta orthografia a espanhól vence a italiana. [...] quanta vantágē tem a italiana á castelhana, tão excede esta a portuguesa, e q e seu respeito⁴⁰ se póde chamár elegãte.⁴¹

A origem da língua, as especificidades do seu sistema, as capacidades de cumprir com êxito as funções de língua literária servem de argumentos nesta

³⁸ A repercussão disto reparamos em vários autores renascentistas (Sánchez, entre outros).

³⁹ Oliveira 1536; Barros 1540; Gândavo 1574; Leão 1606; Vera 1631.

⁴⁰ Do latim.

⁴¹ Barros 1540, 53v-54.

discussão, típica da época. Severim de Faria apresenta uma lista de características indispensáveis para considerar uma língua perfeita, salientando que todas elas são próprias do português. No entanto, o autor seiscentista praticamente anula a própria idéia da superioridade – ele recusa a rígida hierarquia, quando, seguindo vários critérios, coloca a mesma língua em vários níveis da pirâmide:

qualidades, as que hade ter a lingoagem pera ser perfeita. s. ser copiosa de palavras, boa de pronunciar, breve no dizer, que escreva o que falla, & que seja apta para todos os estilos. De maneyra que a que tiver estas qualidades em maior perfeição serâ de môr excellencia q as outras;⁴² todas se achão na nossa Portuguesa cõ particular perfeição.⁴³ Consta a copia de palavras, assi dos nomes, como dos verbos; & nesta parte parece, q a lingua Hebraea tem o ultimo lugar, assi como a Grega o primeiro [...] A boa pronunçiação he a següda parte que se na lingoa require. [...]. A terceira qualidade que se require na lingoa, he a brevidade com q em poucas palavras explique os conceitos, & não per rodeios, & circumloquios [...]. Esta brevidade consta das palavras que significarem cõ grãde propriedade, & terem poucas sílabas. A propriedade dos vocabulos se vio mais na lingoa Hebraea, que em nenhũa outra [...]. Depois da hebraica se concedeo o primeiro lugar â Grega.⁴⁴

É de notar que os gramáticos mais inovadores – Oliveira, Roboredo – evitam o tema da superioridade do português sobre outras línguas. Roboredo, tocando a problemática da defesa, não usa o termo “português”; sempre escreve da “língua materna”. Severim de Faria e Ferreira de Vera reconhecem que vários povos elogiam as suas línguas e escrevem da antiguidade delas:

Aventeiando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu [a natureza ao homem] o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingoa, como diz Tullio de Interprete do entendimento. Deste principio nasceo a estimação dos Idiomas, porque como da bondade, & clarezza do interprete, penda ser melhor entendida a cousa interpretada, as mais das nações políticas, pretenderão mostrar que a sua lingoagem

⁴² Faria 1624, 64v-65.

⁴³ Ibid., 72v.

⁴⁴ Ibid., 67-67v.

fazia este officio do entendimento com o mayor perfeição, & elegancia;⁴⁵ He tã proprio d' outras nações a estimação de sua linguaagem, que as mais dellas pretendêrão mostrar ser a melhor, ou das mais antigas do mundo. E pera isso se cançãrão grandes ingenhos em escrever muitos volúmes, sōmente para encarecerem a perfeição de hũa; & a barbaria d' outras. Os de Frigia, & Egypcios vendo que outras nações senão vencião com razões, o pretendêrão mostrar, (cada qual por sua parte) por experiencia, & exemplo, dizendo que todos concediã, que a primeira lingua, que se fallou no mundo, essa fora a mais perfeita.⁴⁶

A análise dos textos que iniciam a tradição filológica portuguesa demonstra que a apologia do vernáculo, ao provocar a recusa da hierarquia das línguas, dá o impulso à universalização da própria idéia da defesa da lingua materna, leva à formação do princípio geral da defesa de línguas.

São interessantes as mudanças na denominação da língua portuguesa nos monumentos. No início do período indicado são aplicados ao vernáculo os termos “língua”, “linguagem”, “vulgar”, mas no século XVII “língua” já é a designação predominante. Roboredo até atribui ao latim o termo “vulgar”, que já se compreende como “língua materna” e se aplica a qualquer língua. As alterações terminológicas comprovam a formação da idéia de que todas as línguas têm qualidades universais.

Um aspecto característico da apologia do vernáculo em Portugal, ligado à especificidade da situação sociolingüística, é a defesa do espanhol. A competição com ele para os filólogos lusitanos (Oliveira, Magalhães de Gândavo, Ferreira de Vera) é muito mais negativa do que a rivalidade com o latim. Este não só é concorrente, mas serve também como modelo, fonte do enriquecimento da língua materna, não tendo o espanhol tal prestígio para estes autores:

quem folga douvir lingua estrangeyra na sua terra não e amigo da sua gente.⁴⁷ os qe chegão a Toledo: logo se não lēbrão de sua terra a q muito devem. E em vez de apurarē sua lingoa, corrompēna com emprestihos: nos quaes não podem ser perfeitos.⁴⁸ Aqui quero lēbrar como em Portugal temos hũa cousa alhea & com grande disonãcia onde menos se devia fazer: aqual e esta. que a este nome rey damoslhe artigo castelhano chamanolhe elrey: não lhe haviamos de chamar se

⁴⁵ Faria 1624, 62-62v.

⁴⁶ Vera 1631, 81.

⁴⁷ Oliveira 1536, Capitulo xxxijj, C vj v.

⁴⁸ Ibid., Capitulo sexto, Avi.

nã: o rey [...]: porque o nosso rey & senhor pois tem terra & mando: tenha tanbem nome proprio & destino por si: & sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada mas bem apartada: para que seja o rey mais nosso dizer que elrey: ajuda me muito o natural da nossa lingua o qual imitão os castelhanos quando nos querem aremendar dizêdo. Mãda o rey de portugal. & não dizê mãda el rey de portugal: q elles era mais proprio dizer mas isto fazem cuidãdo q assi falão mais portugues: & de feito não se enganão.⁴⁹ esta nação Portuguesa pela maiorparte, he mais affeiçoada ás cousas dos outros Reinos, que ás da sua mesma natureza, cousa que se não acha nas outras nações: porque todas engrandecem sua lingua, & fazem muito pelas cousas que quadrão nella, sós os Portugueses parece que negão nesta parte o amor á natureza. E daqui vem a muitos dizerem mal de sua lingua.⁵⁰

A apologia, tema central da época, incitou numerosas inovações importantes para a lingüística posterior. A corrente da “defesa e ilustração”, que prestou muita atenção às condições da existência da língua na sociedade, pode ser considerada um dos primeiros esboços da problemática sociolingüística. A tarefa da codificação, que resultava da apologia da língua materna, causou o desenvolvimento das idéias de norma, enquanto a descrição de vários níveis do sistema lingüístico, realizado no decurso da codificação, contribuiu para aprofundar os conhecimentos de fonética, gramática e lexicologia. A comparação da língua materna com a latina levava ao estudo comparativo, dava origem à tipologia. Ao mesmo tempo, a demonstração do parentesco genético entre o latim e os vernáculos formava a visão histórica da língua. A proclamada tarefa de ensinar a gramática da língua materna e, como base desta, a gramática latina, incentivou o aperfeiçoamento da metodologia de ensino da língua. A realização prática dos fins da “defesa e ilustração” evidentemente favoreceu a formação de vários conceitos teóricos. Desta maneira a apologia da língua materna desempenhou um importante papel não só na história da língua nacional, mas também na história do pensamento lingüístico. Tentaremos comprová-lo com base na análise dos monumentos filológicos portugueses.

Questões de norma

Uma importantíssima tarefa da época consiste, como já foi dito, na fixação da norma do vernáculo. É no processo da codificação do português que se forma uma concepção da norma bem próxima à dos nossos dias. O Renasci-

⁴⁹ *Ibid.*, Capitulo xliij, Dviiij-Dviiij v.

⁵⁰ Gândavo 1574, D5-D5v.

mento devolveu à lingüística a atenção à linguagem, aos fenômenos da língua real, o que fora característico para a filologia antiga. Depois da prioridade, na teoria especulativa medieval, da análise da enunciação desde as posições da correção lógica, a doutrina renascentista vira-se para as próprias formas da língua, que são avaliadas como “corretas” ou “incorretas”. Mas os autores das primeiras descrições do vernáculo não são unânimes, resolvendo a questão do que deve ser apreciado como linguagem modelar, quais são as bases para determinar as formas lingüísticas irreprensíveis.

A eliminação da variedade de formas, a seleção das variantes é um dos objetivos da etapa inicial da codificação. Já a primeira experiência da fixação da norma portuguesa, a gramática de Oliveira, mostra a variedade em todos os níveis do sistema lingüístico (fonética, morfologia, formação de palavras, lexicologia). A atitude do gramático a estas variantes é diferente. Quando a variedade está ligada aos processos históricos que ainda não acabaram na língua portuguesa daquele período,⁵¹ Oliveira se limita a constatar a existência de variantes, testemunhando assim as mudanças. Em outros casos, o gramático escolhe as formas preferíveis, revelando a atitude diferente em relação à variabilidade existente em diversos níveis do sistema lingüístico: o autor está absolutamente contra a variedade na fonética, ortografia e morfologia, mas no léxico admite a diferenciação estilisticamente marcada, indicando, porém, as formas inaceitáveis.⁵² Deste modo, a gramática de Oliveira demonstra diferentes graus do caráter imperativo da norma em vários níveis do sistema lingüístico:

das vogaes antre u e o pequeno ha tanta vezinhença q quase nos confundimos dizendo hūs somir e outros sumir: e dormir ou durmir e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes.⁵³ os nomesẽ [...] es, com e peqno, de género comũ como portugues, ingres, frãces posto que tenham femininas em a como portugues .⁵⁴ a forma e melodia da nossa lingua foy mays amiga de por se apre r onde agora escrevemos as vezes l e as vezes r. como gloria e fiores: onde deziã grorea e froles.⁵⁵ O uso destas dições antigas diz Quintiliano traz e da muita graça ao falar qndo temperado e em seus lugares e tempos

⁵¹ Fortalecimento da redução das vogais, tendência ao aparecimento da flexão do gênero feminino dos nomes em -ês, divulgação das formas duplicadas que eram resultado da relatinização do léxico do vernáculo, etc.

⁵² Na maior parte são arcaísmos.

⁵³ Oliveira 1536, xviii, Bv; xxv.

⁵⁴ Ibid., Capítulo xliii, E.

⁵⁵ Ibid., Capítulo xv, B iij.

[...]: ainda poem q não sempre isto he acertado, porque muitas vezes algũas dições q ha pouco são passadas são ja agora muito auorçadas: como abem, ajuso, acujuso, asuso e oganno, alorrem: e outras muitas; e porem se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da Beyra: ou aldeão não lhe parecerão mal: mas também não sejão muitas.⁵⁶

Barros reflete a variedade característica da língua portuguesa do século XVI menos do que Oliveira,⁵⁷ mas também realiza a seleção de variantes em todos os níveis. Nunes de Leão, Magalhães de Gândavo e Ferreira de Vera, nos seus tratados, se centram, é lógico, na escolha das alternativas modelares na ortografia. Nunes de Leão, em *Origem da língua portuguesa*, toca também o problema da seleção do léxico normal, dando uma grande lista de arcaísmos.⁵⁸ É interessante a diferença entre a atitude variada dos filólogos que codificam a norma portuguesa e a de B. Pereira, cuja gramática é um manual da língua portuguesa para estrangeiros. Este autor, embora indique as variantes, não as aprecia.⁵⁹ Tais divergências comprovam a diversificação de gramáticas descritivas e prescritivas na lingüística da época.

Codificando a norma, os filólogos portugueses baseiam-se predominantemente no uso, o que é especialmente característico de Oliveira. Ele formula, um século antes de Cl. Vaugelas, o conceito de “uso”, “costume”.⁶⁰ Segundo o autor português, a gramática deve seguir e fixar o costume, e este princípio tem o caráter universal:

As dições usadas são estas q nos servem a cada porta (como dizẽ) estas digo q todos falão e entendẽ as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra: e quẽ não usa dellas e desentoadado fora do tom e musica dos nossos homens dagora.⁶¹ algũas formações tẽ melhor sõ ou musica q outras e são mais usadas.⁶² em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes

⁵⁶ Ibid., Capítulo xxxvj, D v.

⁵⁷ O que está ligado com a menor atenção de Barros ao uso da linguagem.

⁵⁸ É de notar que alguns lexemas apreciados por Nunes de Leão como arcaísmos até hoje existem na língua portuguesa.

⁵⁹ Por exemplo, ele não comenta a diversidade das formas do plural dos nomes que terminam em nasais, enquanto os seus predecessores prestam muita atenção a este problema.

⁶⁰ Cf. o *bel usage* de Vaugelas.

⁶¹ Oliveira 1536, Capítulo xxxviiij, Di j v.

⁶² Ibid., Capítulo xli, Dvj.

[...] e resguardo e anotação d'sse costume e uso tomada depois q os homens souberão falar; e não lei posta q os tire da boa liberdade quãdo e bẽ regida e ordenada per seu saber: nẽ e divindade mãada do çeo que nos possa de novo ensinar: o q ja temos e e nosso [...] a arte nos pode ensinar a falar melhor ainda q não de novo.⁶³

Barros inclui a noção de uso na definição da gramática que inicia a sua obra. Não obstante, na prática da codificação ele orienta-se ao uso menos do que Oliveira e acha possível dar algumas recomendações que contradizem ao uso:

E segundo a definiçám que lhe os Grãmáticos derã: e hũ módo çerto e iusto de falár & escrever, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos.⁶⁴ E bẽm sey que por ser novidáde e o uso estár ã contráiro, será cousa trabalhósa serẽ lógo estas nóvas figuras reçevidas em nóssa othographia: mas o tempo às fará tã própias como sam as outras de q usamos.⁶⁵

Nunes de Leão, cuja atenção à história da língua portuguesa é característica, na maioria dos casos apóia-se, porém, no uso, reconhecendo as formas usuais como normais, ainda que “incorretas” desde o ponto de vista da história:

E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficarão fora das dictas regras, taballiães, & scrivães, que por a dicta analogia, houverão de fazer taballiões, & scrivãos.⁶⁶

Os autores portugueses marcam as diferenças territoriais, sociais e etárias da linguagem:

os cavaleiros q tẽ hũs vocabulos: e os lavradores outros: e os corte-sãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros, e os mer-cadores outros: ou tãbẽ se faz ã terras esta particularidade porq os da beira tem hũas falas e os Dalentejo outras: e os homens da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porq assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições: e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o q mais sabe tãbẽ suas falas são de peso e as do mançebo mays leves.⁶⁷

A questão da base territorial da norma é resolvida de maneiras diferentes: a atitude em relação aos dialetos depende das posições dos gramáticos na

⁶³ Ibid., Capítulo xli, Dvj.

⁶⁴ Barros 1540, 2.

⁶⁵ Barros 1540, 43.

⁶⁶ Leão 1576, 30.

⁶⁷ Oliveira 1536, Capítulo xxxviii, Dij v.

“defesa” da língua materna. Barros, que vê no latim o indiscutível modelo exemplar para o vernáculo, reconhece os dialetos arcaizantes do Norte como uma das bases da norma, enquanto Oliveira, que insiste na igualdade do latim e do português, não aceita formas arcaicas dialetais. Este gramático não contrapõe a fala dos habitantes da capital a todas as outras variedades territoriais, mas opõe os dialetos do Norte a uma vasta zona no Sul, reconhecendo-a como base territorial da norma, e isto é bem justo, se tomarmos em consideração as condições da formação da língua portuguesa:

A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labæo lhe faça perder sua autoridáde. Nã sómête os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãcẽ.⁶⁸ estes nomes posto q pareçẽ mudar mais q nenhũs dessoutros q ia dissemos todavia se olharemos ao singular ãtigo q ia teverão não mudão tanto como agora nos parece porq estes nomes todos os q acabão em ão ditongo acabavãose em om como liçõ, podom, melõ, e acreçẽtando .e. e .s. formavão o plural .lições, podões: melões: como ainda agora fazẽ e outro tanto podemos afirmar dos q faz? o plural em .ães. como pães, cães, dos qẽs antigamête era o seu singular: pã, cã, cujo testemunho aindagora da antredouraminho.⁶⁹ sendo eu moço peqno fui criado em são domingos Devora onde fazião zõbaria de mĩ os da terra porq o eu assi pronuciava segũdo q o aprendera na beira.⁷⁰

Os codificadores da língua portuguesa apóiam-se numa base social muito vasta e indicam o alto nível educacional como a única característica social das pessoas cuja fala é considerada perfeita. Só Nunes de Leão menciona outras restrições e acentua o papel da corte na elaboração da linguagem exemplar:

a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q a possão todos entender e pera ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os q mais lerão e virão e viverão continoando mais entre primores sisudos e assentados & não amigos de muita mudança.⁷¹ Escreveremos [...] imitando sem-

⁶⁸ Barros 1540, 56v.

⁶⁹ Oliveira 1536, Capitulo xlv, E ij v.

⁷⁰ Ibid., Capitulo xlii, Diiij-Diiij v.

⁷¹ Oliveira 1536, Capitulo xxxviiij, Diiij.

pre as escrituras dos homês doutos, regulandos pelo entendimento, & ouvido, que he a melhor regra, que se pode ter, & dar nesta materia.⁷² entre si hũus dos outros se avantajão, quanto na policia, & arte das palavras mostrão ser superiores. Estas são o toque, em que se vee o valor das pessoas, & a differença qua ha do nobre ao plebeio, do avisado ao indiscreto, & do vicioso ao bem instruido.⁷³ corte que he a officina onde os vocabulos se forjão, & pulem, & donde manão peraos outros homês.⁷⁴

Mais um aspecto da norma é a base funcional dela. Na lingüística renascentista, as questões da norma relacionam-se predominantemente com a escrita; daqui vem a orientação da maior parte dos gramáticos (italianos, franceses e espanhóis) sobre a linguagem de escritores como o único fundamento da codificação dos vernáculos. Oliveira faz parte de um círculo muito reduzido de autores cuja codificação se baseia tanto na linguagem oral como na escrita, sendo aquela prioritária. Embora Oliveira reconheça modelar a linguagem de escritores, a autoridade deles não é indiscutível. A linguagem oral não só serve como base da norma mas é também o objeto da codificação: o gramático dá muitas recomendações ortoépicas, além das ortográficas. A prioridade da forma oral da linguagem revela-se na enorme atenção de Oliveira à fonética, nas numerosas referências às formas “ouvidas”:⁷⁵

notemos o falar dos nossos homês e da hi ajuntaremos preçeitos.⁷⁶ quero dizer deste averbio ate [...] algũs o pronunção cõforme ao costume da nossa lingua que he amiga dabrila boca: e danlhe aquella letra .a. que digo no começo: mas outros lhe tirão esse .a. e não dizẽ ate: mas dizẽ te não mais começando ã.t. Antre os quaes eu contarey tres não de pouco respeito na nossa lingua: antes se ha de fazer muyta conta do costume de seu falar e são estes Garcia de Resende em cujas obras eu o li no Cançioneyro portugues [...] e Joam de Barros ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem: e a mestre Baltasar com o qual falãdo lhe ouvi assim pronunçar este averbio que digo sem a no começo e com tudo a mi me parece o contrayro: e ao contrayro o uso dandolhe .a no começo: assim como damos a muitas dições.⁷⁷

⁷² Vera 1631, 25.

⁷³ Leão 1576, Aijj.

⁷⁴ Leão 1606, 220.

⁷⁵ Oliveira 1536, xxvj, Bviiij, xlv, Eijj.

⁷⁶ Oliveira 1536, Quinto capitulo, Av v.

⁷⁷ Ibid., Capitulo xxxv, Cvij v.

Escolhendo as variantes normais, os filólogos da época devem resolver o problema da orientação ao estado da língua, atual ou anterior. Os codificadores portugueses entendem a norma como um fenômeno histórico, revelando tanto a estabilidade como a mobilidade dela. A atitude aos arcaísmos depende das posições de gramáticos na defesa do vernáculo.⁷⁸ Oliveira orienta-se pelo estado atual do português; servem-lhe de exemplo só a riqueza do latim e o respeito dos romanos pela sua língua, por isso ele não admite a necessidade de seguir as concretas formas latinas, o que correlaciona com a sua tese da igualdade do português e do latim. Barros, vendo no latim o modelo para o vernáculo, pelo contrário, aceita arcaísmos e, como já foi dito, até reconhece dialetismos do Norte por serem mais próximos das formas latinas. As tendências arcaizantes na ortografia se fortalecem a partir do fim do século XVI. Magalhães de Gândavo e Nunes de Leão declaram a necessidade de orientar-se pelo latim. Nunes de Leão, vinculando a problemática da norma à história da língua, condiciona o estado atual do idioma às etapas anteriores do seu desenvolvimento. Nas recomendações ortográficas ele não parte da pronúncia, mas sim da etimologia.⁷⁹ A descrição da ortografia é acompanhada da revelação dos processos fonéticos na história da língua portuguesa, que justificam a escolha da variante considerada exemplar. Enquanto Oliveira, codificando a ortografia, se volta para a pronúncia viva, Nunes de Leão dá listas de palavras com as dificuldades ortográficas, explicando a sua necessidade pelas divergências da escrita e da pronúncia. Na escolha de variantes ajudam-no, às vezes, além dos étimos latinos, as formas castelhanas que demonstram o estado anterior da língua portuguesa:

das dições velhas tomemos as mais novas e q são mais vezinhas de nosso tempo: assi como também das novas avemos de tomar as mais antigas mais recebidas de todos ou a mayor parte.⁸⁰ Nã sómete os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes algũs indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde náçẽ.⁸¹ não havia de aver pessoa que se prezasse de si, q não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues: & desta maneira facilmete evitarão todos estes erros, & serão perfectos em guar-

⁷⁸ Já vimos esta correspondência no caso dos dialetismos.

⁷⁹ Nunes de Leão recorre, quando é necessário, aos paralelos com a língua espanhola. Ferreira de Vera também segue este princípio (Vera 1631, 25v-26).

⁸⁰ Oliveira 1536, Capitulo xxxvj, Dj v.

⁸¹ Barros 1540, 56v.

dar a orthographia & pronunçiação dos vocabulos.⁸² porque como a certa & ordenada maneira de screver, não possa ser sem saber o sentido, propriedade, & origem das palavras.⁸³ tentei fazer este tractado da origem da mesma lingoa & das outras mais de Hespánha, perque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screver mais concertado.⁸⁴ E tenham esta regra: que vejão esse nome acabado em ão como acaba acerca dos Castelhanos no singular. Porq se acaba em an faz o plural acerca deles em, anes, como: capitan, capitanes [...]. Eassi forma sempre, sem excepção algũa, o Portugues o singular em ão & o plural em ães, dizendo de capitão, capitães [...]. Mas se o singular acerca dos Castelhanos he ã. on. será o nosso em. ões.⁸⁵

É significativo o fato de os filólogos dos séculos XVI e XVII aplicarem os conceitos da norma não só ao vernáculo, mas também a outras línguas. Resende testemunha a variabilidade de formas verbais no latim medieval. Os gramáticos de línguas exóticas também tocam a problemática de norma. Depois de expor as regras de formação e de funcionamento de formas e construções eles freqüentemente escrevem do “uso que ensina”; deste modo, o conhecimento das regras só aparece como o primeiro, básico nível do conhecimento da língua, enquanto o uso é revelado como uma importante fonte da competência lingüística. Anchieta testemunha a existência de variedades territoriais na linguagem dos índios. Os gramáticos não só demonstram a variação na fonética, morfologia e sintaxe, mas em alguns casos marcam as variantes preferíveis, caracterizando-as por vezes como mais elegantes:

in prepositionibus, miram varietatem significationis etiam in ijsdem casibus, quã nos regulis complecti non possumus, usu legendi & scribendi discenda est.⁸⁶ Præterit. perfect. Eu amei. S. Amavi. Amavísti. Amavit. P. Amávimus. Amavistis. Amavérunt, vel Amavêre. [...] Iden tempus per syncopen. S. Amavi. Amásti. Amaut. P. Amávimus. Amástis. Amárunt.⁸⁷ Todos estes negativos, eíma, dos preteritos e futuros se podem pôr no meio e no fim, ut jucaagoreíma, vel jucaeimagoéira; jucaãameíma, vel jucaeimaãáma. A uns está

⁸² Gândavo 1574, A5.

⁸³ Leão 1576, Aijj.

⁸⁴ Leão 1606, ¶3v.

⁸⁵ Leão 1576, 30-32.

⁸⁶ Sousa 1535, xlix.

⁸⁷ Resende 1540, B-Bv.

melhor no meio, a outros no fim, usus docebit.⁸⁸ ha halguma differença na pronunçiação, e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre. Porque desde os Pitiguáes do Paraíba até os Tamoios do Rio de Janeiro pronunçiação inteiros os verbos acabados em consoante, ut apâb, acêm, apên, ajûr. [...] Os Tupês de São Vicente, que são alem dos Tamóios do Rio de Janeiro, nunca pronunçiação a ultima consoante no verbo affirmativo, ut pro apâb dizem apâ [...] E assim, addita alguma parte das sobreditas, pronunçiação apáne.⁸⁹ Nos acabados em b se pode deixar de pronunciar o b ás vezes [...] e ainda em alguns se usa mais elegantemente, ut coái, pro coábi, túi pro túbi. [...] Pondo-lhe ambas as negações, scilicet na in principio, e eími, in fine, é muito usado e elegante, e fazem uma affirmação, ut aipotâr, naipotareími, não deixo de querer, i. e. quero.⁹⁰ A formação destes verbos ensinará melhor o uso, mas com algúas regras se darà noticia della.⁹¹ paunnõ, ut nome adjectivo, & como tal hade concordar cõ a couza de que se trata, & as vezes o poe neutralmente mas o melhor he concordalo.⁹²

Tudo isso testemunha a consolidação das idéias da norma na lingüística portuguesa da época: a norma começa a reconhecer-se como um fenômeno universal, aplicável a todas as línguas.

Os textos lingüísticos seiscentistas e quinhentistas demonstram o esboço da idéia da correlação do sistema, da norma e da fala, embora não possamos afirmar que naquela época já existisse uma clara diferenciação entre esses conceitos. Oliveira, ainda que baseie no uso a codificação da norma, escreve sobre a “melodia”, a “natureza da nossa língua”. Tenta procurar “regras gerais”, demonstra a diferença entre as regras racionais e o uso, ou os fenômenos do sistema e da fala. Barros, pelo contrário, não tenciona explicitar as diferenças entre o uso e o sistema; no entanto é ele quem, na escolha das variantes, se apóia mais no sistema: revelando as divergências da norma e do sistema, ele acha possível usar as formas admitidas pelo sistema, mas não aceites pela norma. Ferreira de Vera opõe a arte ao uso, cujas diferenças fazem lembrar a distinção entre o sistema e a norma:

⁸⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 27.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 1-2.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 48.

⁹¹ Figueira 1621, 118.

⁹² Estêvão 1640, 20v.

Tem tanto poder o costume e tambem a natureza que em que nos pes nos faz conhecer esta diversidade de vozes.⁹³ Qualquer forma ou genero, q os nossos nomes tẽ no singular, esse guardão tambẽ no plural, porq nisto assi como em outras cousas guarda a nossa lingua as regras da proporção mais que a latina e grega, as quaes tem em suas dições muitas irregularidades e seguẽ mais o sabor das orelhas q as regras da rezão: assi como nos tambẽ deixamos as regras geraes: porq o bõ costume e sentido nos mandão tomar alguas particularidades.⁹⁴ se fosse em costume tambem diriamos Romão, Romãos; Itlião, Itlãos, Valencião, Valenciãos. E tambem Jorge da Silveira no cançoneyro q ajũtou Garçia de resende: diz castelão, do qual singular se o ouvesse no mundo, diriamos no plural castelãos.⁹⁵ Sól, lũa, glória, fama, memória nam tem plurár. E quem algũ nome destes levár ao plurár que a orelha póssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortál: dádo que em rigor de bõa linguágem sam mais próprios do singular que do plurár.⁹⁶ Hũas letras se dobrão nas dicções per natureza das palavras, de que se não pode dar regra, porque consiste em uso; & não em arte. E assi não se pode dar razão, porque estas palavras Latinas, gutta, caballus (de que dizemos gotta, cavallo) tem dous tt, & dous ll; mais que dizer: Sic voluerunt priores: Que forão compostas â vontade de que as inventou.⁹⁷

Nas gramáticas missionárias, a sisudez à correlação do sistema e da norma cresce ainda mais, causada pela amplificação dos objetivos da descrição. A necessidade de apresentar o sistema de um idioma desconhecido para o leitor aproxima essas gramáticas aos manuais do latim e difere-as das obras que codificam a norma da língua nacional, compostas para as pessoas que a dominam. Ao mesmo tempo o propósito das gramáticas missionárias, diferentemente dos manuais do latim, consta em ensinar a fala, e isto as semelha com as gramáticas do vernáculo: tanto estas como aquelas apresentam uma língua viva, que é o único ou principal meio da comunicação para os membros de certa comunidade lingüística, embora os fins da descrição não coincidam. As gramáticas portuguesas, que são prescritivas, limitam o uso, escolhendo as formas modelares; as gramáticas das línguas exóticas, sendo descritivas, têm como

⁹³ Oliveira 1536, Capitulo viiiij, Avj v - Avj.

⁹⁴ Ibid., Capitulo xlv, Eijj v.

⁹⁵ Ibid., Capitulo xlv, E ij.

⁹⁶ Barros 1540, 10 v-11.

⁹⁷ Vera 1631, 28.

alvo a apresentação maximamente ampla do uso, pois o seu fim é garantir a comunicação eficiente. Mas, como o ensino de uma língua desconhecida está baseado, antes de mais nada, no estudo do seu sistema, os autores das gramáticas missionárias prestam muita atenção à descrição das formas regulares e irregulares. As regras obtêm uma importância especial; às vezes toda a descrição está organizada como um conjunto de regras.⁹⁸ Entende-se como irregularidade não só a desconformidade com o modelo estandarte de produzir formas (irregularidade formal), mas também a falta de empregos característicos para as correspondentes partes do discurso (irregularidade funcional). Figueira determina os verbos defectivos como irregulares. A gramática de Estêvão demonstra a compreensão da hierarquia de modelos e a existência do modelo típico, padrão, de produção das formas:

De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; s. ou porque se não usaõ mais que em alguns tempos, numeros, ou pessoas; & estes melhor se chamaõ Defectivos, porque tem faltas nas taes cousas: mas nos tempos que tem, guardaõ a ordem das conjugações geraes. Outros são propriamente irregulares; porque tendo tudo, o que outros tem, não fazem suas formações da mesma maneira.⁹⁹ a conjugação principal dos verbos, seia hũa so, todavia esta variedade de activo, de neutro, defectivo, & de todos os seus negativos, & irregulares, he equivalente a muitas conjugações.¹⁰⁰

A correlação das formas regulares e irregulares também é importante na descrição do latim. É notável que Roboredo, achando necessário só apresentar modelos típicos de produção de formas (que estão na base do sistema) na primeira etapa de estudo da língua, modifica muito o cânone da descrição gramatical: primeiro ele mostra as formas regulares do nome e do verbo, logo descreve outras partes do discurso, toca vários problemas da sintaxe e só depois apresenta formas irregulares.

Como vemos, os autores das descrições de várias línguas (português, latim, idiomas dos territórios descobertos), resolvendo o problema do correto na língua, deparam com dois tipos de “desrespeito” de regras. Primeiro, encontram-se com a existência de variantes e devem escolher aquelas modelares, neste caso trata-se da correlação entre o uso e a norma. Segundo, embatem-se com a existência de mais de um modelo de produção de formas lingüísticas, com “desvios” do modelo típico; então os gramáticos tocam a questão da hie-

⁹⁸ Figueira 1621

⁹⁹ Figueira 1621, 53.

¹⁰⁰ Estêvão 1640, 31.

rarquia dos modelos e das regras, tratando de achar as “regras mais gerais”. Este é um dos problemas eternos da lingüística, que na Antiguidade se apresentava como anomalia e analogia, nos séculos XVI e XVII como regras particulares e gerais, e no século XX se discutia nos termos de paradigmas grandes ou pequenos, de variabilidade/invariabilidade. Nos monumentos portugueses dos quinhentos e seiscentos nós achamos os dois aspectos da correlação do sistema e da sua realização, e o interesse dos seus autores por um ou por outro aspecto depende dos objetivos das obras. Nas gramáticas que codificam a norma portuguesa, a principal atenção volta-se para a variação modelar ou não modelar, isto é, à correlação da norma e do uso. Nas gramáticas que descrevem uma língua estrangeira (as gramáticas de línguas exóticas, a inovadora descrição do latim realizada por Roboredo, a gramática da língua portuguesa de B. Pereira), os autores se concentram em outro aspecto da correlação do sistema e a sua realização: regularidade/irregularidade, variabilidade dos modelos de produção de formas gramaticais e de formação de palavras.

A análise da tradição portuguesa demonstra que nos séculos XVI e XVII se forma um conceito da norma e das suas propriedades (o caráter histórico da norma, as bases dela – territorial, social, funcional) muito próximo ao dos nossos dias. Começa a formar-se a noção de norma como de um fenômeno universal. Esboça-se a diversificação das gramáticas descritivas e prescritivas. Os autores da época viram-se para a problemática da correlação entre o sistema, a norma e a fala. Além disto, os textos portugueses demonstram o início do processo da formação da correspondente terminologia.

Descrição do sistema da língua

Níveis da língua

Passando à análise da descrição gramatical de várias línguas nos monumentos dos filólogos portugueses, antes de mais nada devemos assinalar que na doutrina da época se realizam modificações fundamentais na compreensão dos níveis do sistema lingüístico. Junto com os níveis tradicionais, correspondentes ao cânone gramatical clássico (som, sílaba,¹⁰¹ palavra e construção), nas obras de Roboredo surge a tendência de destacar o nível da oração e até o nível do texto (o autor inclui a análise de microtextos, sentenças, na descrição gramatical):

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a oração bem concertada: a qual he hũa coherente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, &

¹⁰¹ Este nível já parece duvidoso a Roboredo, que vacila em distingui-lo.

Dicções, ou Palavras.¹⁰² Das letras se compõem as palavras, que ou são Nomes, ou Preposições, ou Verbos, ou Adverbios, ou Conjunções; que se dizem as cinco partes, de que a Oração consta.¹⁰³ Ajuntando pois esta materia de grammatica das Letras se faz a Syllaba; das Syllabas a Palavra; das Palavras a Oração, que ao muito pode constar de cinco generos dellas, em que a Palavra Commū se divide; que são, Nome, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção: & de Orações se faz a Prattica.¹⁰⁴

Fonética, grafia e ortografia

As questões da fonética/fonologia e da reflexão dos sons na escrita têm diferente importância em vários monumentos. É lógico que os autores que descrevem línguas vivas (português e idiomas dos territórios descobertos) prestam a maior atenção a esta problemática. Uma importante característica dos textos estudados é a tendência de descrever a fonética como um sistema fonológico. Isto se revela em vários autores, mas, em primeiro lugar, na obra de Oliveira. O gramático opõe por um traço distintivo os sons que diferem: vogais abertas e fechadas, nasais e orais; consoantes surdas e sonoras, laterais e vibrantes. É bem elucidativo o trecho da primeira gramática portuguesa que demonstra a aproximação do seu autor à noção de fonema. Barros, seguindo esta tendência, dá uma série de pares mínimos (pode-pôde, careta-carreta). Achamos idéias parecidas também nas obras de Estêvão e Ferreira de Vera:

O proprio de cada letra entendemos a particular pronunçiação de cada hũa: e o comū chamamos aquella parte de pronunçiação e força em que se hũa parece cõ a outra. [...] se não tiveremos çerta ley no pronunçiar das letras não pode haver çerteza de preçeitos: nem arte na lingua: e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia: mas tâbẽ nos significados das vozes: porq so mudar hũa letra: hũ acento ou som e mudar hũa quantidade de vogal grande a pèquena: ou de pequena a grande: e assi tâbem de hũa cõsoante dobrada em singela: ou ao cõtraio de singela em dobrada: faz ou desfaz muito no sinificado da lingua.¹⁰⁵ Esta letra ç, he muito differente de C, assi no nome, como na figura: & como taes tem duas pronunçiações diversas: porque com hũa dizemos, caca, & com

¹⁰² Roboredo 1619, 64.

¹⁰³ Ibid., 1-2.

¹⁰⁴ Ibid., 65.

¹⁰⁵ Oliveira 1536, Capitulo undecimo, A viij.

outra çaca: barca, que navega; & barça, vaso de palha: açude, verbo; açude de moíño: & assi calco; & calço: moca & moça: cappa; & çappa. E por esta clareza me admiro não estar posta em nosso alfabeto na forma. que agora o ordenei. Porque no trocar hũa letra por outra, não sómente troca o soído, mas ainda altera o sentido nas dicções, que tem differente significação.¹⁰⁶

A atenção à forma oral da língua é uma importante inovação da lingüística da época. Depois de Oliveira, que vira a linguagem oral com os fins da codificação do português, os autores das gramáticas que servem de manuais de língua estrangeira (B. Pereira, Anchieta, Estêvão) explicitam a prioridade da forma oral:

Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, ut sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam.¹⁰⁷ como a lingua do Brasil não está em escrito, senão no continuo uso do fallar, o mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que tem, porque no escrever e accentuar cada um fará como lhe melhor parecer.¹⁰⁸ Pera a pronunçiação não basta saber a orthographia, he necessario ouvir as vozes, q se proferẽ pellos q sabẽ bem fallar.¹⁰⁹

Oliveira e alguns filólogos seiscentistas apresentam a problemática da produção e percepção dos sons, indicam os órgãos do aparelho fonador, dão início à descrição de articulações:

consigo trazem alghũa çerta maneira d' mover a boca / lingua / dentes / e beyços / ou formar o espirito poronde temos necessidade de as particularizar.¹¹⁰ C pronuçiasse dobrádo a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ çerto lombo no meyo della diante do papo: casi chegando cõ esse lõbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto.¹¹¹ He esta letra B. das que chamamos mudas: a qual se forma com a respiração, que chegando aos beiços estando

¹⁰⁶ Vera 1631, 6-6v.

¹⁰⁷ Pereira 1672, rosto.

¹⁰⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁰⁹ Estêvão 1640, 4.

¹¹⁰ Oliveira 1536, Capitulo xviii, C v.

¹¹¹ *Ibid.*, Capitulo treze, B.

cerradas, & juntos, os abre, & sae do meio delles o som com seu inteiro soído. Destes termos, ou dicções, tem conhecimento o ouvido pela voz, que se forma com a percussão do ár ajudado dos instrumentos da bocca, arteria, lingua, & beiços.¹¹²

Autores portugueses, especialmente das gramáticas missionárias, concentram-se na posição de sons na palavra, nas variações posicionais. Nas obras de Anchieta e Figueira, a descrição de fenômenos morfofonológicos ocupa um notável lugar.

Os monumentos analisados descrevem a sílaba, a composição e os limites dela; tocam vários aspectos prosódicos (acento, entoação, pausas, o seu papel na produção e compreensão da fala):

Esta forma das dições a q chamamos açêto sem a qual se mal conhecem hūs vocabolos dos outros e neçessarea em cada parte ou dição.¹¹³ Assi como no processo da oração, ou pratica, que fazemos, naturalmente usamos de hūas distinções de pausas, & silencio, assi para o que ouve entender, & conceber o que se diz, como para o que falla tomar o espiritu, & vigor para mais dizer: assi da mesma maneira usamos, quando escrevemos. [...] Da nota de admiração usamos no fim da clausula, que pronunciamos com algum espanto, ou indinação.¹¹⁴

É lógico que as questões de grafia e ortografia são muito importantes para os filólogos que fixam a norma portuguesa. Eles baseiam o alfabeto sobretudo no princípio fonológico. O tratado de Ferreira de Vera testemunha que no século XVII o sistema de grafemas já é muito próximo do moderno. Na codificação da ortografia o princípio fonemático é prioritário, notando-se, contudo, certas tendências ao princípio tradicional. Os autores das gramáticas missionárias têm que resolver o problema de representar com os meios da grafia portuguesa sistemas fonético-fonológicos de línguas exóticas.

Os autores da época sabem diferenciar, até terminologicamente, as noções de letra e de som.¹¹⁵

¹¹² Vera 1631, 2.

¹¹³ Oliveira 1536, Capitulo xxvii j, C v.

¹¹⁴ Vera 1631, 37-39.

¹¹⁵ Nem todos os historiógrafos aceitam esta hipótese, mas os textos portugueses comprovam-na (Sousa 1535; Oliveira 1536; Barros 1540; Leão 1576; Leão 1606; Roboredo 1619; Figueira 1621; Vera 1631; Estêvão 1640; Pereira 1672).

Morfologia

Os gramáticos portugueses examinam a problemática da palavra. Acharmos a visão mais ampla dela na obra de Oliveira, que, prestando grande atenção aos aspectos fonético e gramatical da palavra, analisa o léxico português desde as posições da sua origem (dições nossas, alheias e comuns), perspectiva histórica (velhas e novas), uso (dições usadas), semântica (dições própria e mudada).¹¹⁶ Barros, vendo na palavra a principal unidade lingüística, sublinha o seu papel como instrumento da cognição. Roboredo fundamenta a definição da palavra na sua função denominativa:

Quid est dictio? Minima pars vocis constructe id est in ordine proposita [...]. Quod accidunt dictioni? Quatuor, Significatio, Etimologia, figura, Ordo. Quid est significatio in dictione? Est illud, quo breviter osteditur, quid dictio significet. [...] nunc ostende, quid sit figura in dictione? Est forma, qua dictio simplex, a composito distinguitur. Quid est Ordo? Est qualitas, qua in oratione alia dictio semper preponitur. Alia semper postponitur. Alia modo preponitur, modo postponitur.¹¹⁷ Dição vocabolo: ou palavra: tudo q̄r dizer hũa cousa: e podemos assi dar sua definiã. Palavra e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo como qualqr outra parte da oração.¹¹⁸ Nós podemos lhe [a gramática] chamár artefício de palávras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assi na fála como na escritura, venhamos em conhecimento das tenções alheas. Por que entram as letras pela vista, como as palávras pelos ouvidos: instrumento comque o nósso intendimeto recebe as mais das cousas.¹¹⁹ Palavra he voz, com que cada cousa se diz, ou chama.¹²⁰

Na lingüística da época surge a questão da delimitação da palavra. Nas gramáticas da língua nacional, é o problema de distinguir formas analíticas e construções (revela-se a diferença entre as formas analíticas portuguesas e sintéticas latinas). As gramáticas de Anchieta e Figueira mostram a engendração das diferenças na compreensão dos limites da palavra em várias línguas, refletem as dificuldades da delimitação na língua onde existe a incorporação:

¹¹⁶ Oliveira 1536, Capítolos xxx-xxxix.

¹¹⁷ Sousa 1535, lxxv; lxxix v-lxx.

¹¹⁸ Oliveira 1536, Capítolo xxx, Civ.

¹¹⁹ Barros 1540, 2.

¹²⁰ Roboredo 1619, 64.

Os verbos [...] compõem com outras partes da oração, e na conjugação não se faz caso senão da ultima terminação, ut: Com adverbios. aicuâb, sei, catû, bem [...] aicuacatû. [...] e quasi como quando interpoem o nome, servindo um dos verbos por nome interposto, ut açogebir.¹²¹

A doutrina gramatical da época dá um importante passo no desenvolvimento das idéias da divisibilidade da palavra em elementos significantes, o que posteriormente serviu de base para a formação do conceito de morfema. O significado deixa de se associar só com uma palavra íntegra e começa a ligar-se com uma parte da palavra, portadora do correspondente significado. Destacam-se partes significantes de palavras (flexões, prefixos, sufixos), descobre-se a união delas com os significados gramaticais e derivacionais. Os lingüistas portugueses se aproximam da noção de raiz:

E porê porq hūas cousas ou são ou parecê chegadas a outras: ou tâbê desçedêtes e especeas dellas assi isso mesmo fazem hūas dições quasi como especeas partiçipâtes doutras: e ã outras fazemos as formas semelhâtes e chegadas ã voz como tinteiro: pela vezinhãça e trato q tẽ cõ tinta lhe poserão esse nome & velhiçe de velho [...] e hõrado ou hõrada de hõrar: tẽ muita parte assi na cousa como na voz: e a meu ver não digamos que foy isto defeito de não acharê vocabulos: mas e cõforme a bõa rezão q aja e se guarde a semelhãça das cousas nas vozes e assi são mais claras e dizê melhor seus sinificados porq a diversidade das vozes mostra aver diversidade nas cousas e tâbê a semelhãça por cõseguite das vozes faz entêder q as cousas não são deferêtes.¹²² Coniugationis indicem, nec admittat in secunda radicali litera Daghes forte [...]. Habet autem hæc prima coniugatio sub. p [...]. i. prima radicali litera, [...] hæc literæ radicales sūt verborū neutrorū, sive intransitivor.¹²³ fica clara a Investigação do Simple, & Primitivo. & achando o Simple o poderás outra vez compor de muitos modos, & derivar do Primitivo hūa, & muitas palavras diversamente: & [...] poderás descobrir as letras radicais, que se não mudão, como por exêplo se te ocorrer esta voz Occurebatis, tira esta syllaba, Oc, [...]: despois tira Ebatis, q na Grammatica se ensina que se converte em O, e assi tês Curro, em que são letras immudaveis, Curr- as quaes verás no dictionario maiores.¹²⁴

¹²¹ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 72-73.

¹²² Oliveira 1536, Capitulo xxxix, Diiij v.

¹²³ Távora 1566, Ciii-Ciiiv.

¹²⁴ Roboredo 1621, 9.

Nos séculos XVI e XVII, a formação de palavras começa a compreender-se como uma específica área da lingüística, na qual as questões da gramática e da lexicologia se entrecruzam. Oliveira é o primeiro que separa a descrição das partes do discurso e a formação de palavras (esta ocupa um lugar particular na gramática). Roboredo já definitivamente exclui da descrição gramatical a formação de palavras, dedicando-lhe um tratado especial, que abre o seu dicionário.¹²⁵

A lista das partes do discurso nas gramáticas vacila entre nove¹²⁶ e cinco,¹²⁷ segundo os critérios de sua distinção (morfológicos, semânticos e sintáticos). O número das classes gramaticais de palavras às vezes varia dentro de uma obra. Mais de uma classificação achamos nos trabalhos de Oliveira e de Távora, que, além das partes do discurso típicas da gramática, contêm uma lista de três classes que remonta à lógica (nome, verbo e modo, de Oliveira; nome, verbo e consignificativo, de Távora):

Palavra e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo como qualqr outra parte da oração.¹²⁸ Habent Hebræi tres orationis partes, [...] sem. i. nome, [...] poal id est verbum, & [...] mila. id est consignificativũ, quod dialectici syncategorema vocare solent.¹²⁹ De [...] mila. i. cõsignificativuũ hac orationis parte cõpræhedunt hebræi Grammatici Articulũ, Pronome, Adverbiũ, Coniunctionem, Præpositionem, & Interiectionẽ, sed cum has institutiones hominibus latinis scribamus, quo facilius doceãtur, latinorum more unãquãq; partem sigillatim excutiemus.¹³⁰

O nome e o verbo são apresentados como as principais partes do discurso. Aliás, gramáticos portugueses não só seguem a tradição antiga, mas espelham a idéia dessa supremacia em todas as línguas, afirmando a sua índole universal. Roboredo caracteriza o nome e o verbo como as partes que constituem a oração:

E como pera o iogo do enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ dellas tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leyes do que cada hũa deve fazer (segundo o officio que lhe foi dádo:) assy totalas linguãgẽes tem

¹²⁵ “De composição e derivação e Ortografia das voses Latinas”, in Roboredo 1621, 1-35.

¹²⁶ Barros 1540.

¹²⁷ Roboredo 1619.

¹²⁸ Oliveira 1536, Capitulo xxx, Civ.

¹²⁹ Távora 1566, Bv v.

¹³⁰ Ibid., Dv-Dv v.

dous reis, diferentes em genero, & concordes ã officio: a hũ chamã. Nome, e a outro, Verbo.¹³¹ o Nome, & Verbo são as [palavras] mais principais.¹³² Oração, a qual o Sustantivo per si com o Verbo faz.¹³³

Os monumentos mostram como se compreendem o substantivo e o adjetivo na época precedente à sua distinção como partes autônomas do discurso. Todos os gramáticos portugueses escrevem sobre a concordância do adjetivo com o substantivo. Sousa assinala as suas diferenças semânticas; Barros e Roboredo designam as especificidades sintáticas, indicando a indispensável presença do substantivo junto ao adjetivo. Álvares e Figueira sublinham que o substantivo se subentende mesmo quando não está explícito. Cardoso e B. Pereira também refletem isto, quando põem a palavra “cousa” apresentando os adjetivos nos seus dicionários:

Substantivũ est quod substantiã vel quasi substantiã significat, ut homo albedo. Adiectivũ, quod adiectum substantivo significat in eo aliquod accidens, ut Vir prudens.¹³⁴ Nome sustantivo chamamos aquelle que per sy pôde estar e nam recebe esta palávra, cousa. Nome aiectivo, ao que nam tẽ ser per sy: mas está emcostádo ao sustantivo, pôde receber em sy esta palávra, cousa.¹³⁵ Divide-se o nome em Sustantivo e Adjectivo. Sustantivo hẽ o que significa sustancia, ou per modo de sustancia, & sustenta o Adjectivo na Oração, a qual o Sustantivo per si com o Verbo faz [...]. Adjectivo he o que se ajunta ao Sustantivo, sem o qual não entra em Oração [...]. Os Portugueses reconhecem o Adjectivo ajuntandolhe o Sustantivo Cousa.¹³⁶ O Nome Sustantivo conhecerá o principiante pela significação vulgar, & seu Artigo junto. O Adjectivo conhecerà pela significação, ajuntando este Sustantivo, Cousa.¹³⁷ Substantivum nomen est, quod per se in oratione esse potest [...]. Adiectivum est, quod in oratione esse non potest sine substantivo apertè vel occultè.¹³⁸ Sustantivos saõ os que podem estar na oraçãõ sós por si com o verbo; ut Abá omano; hum

¹³¹ Barros 1540, 2.

¹³² Roboredo 1619, 81.

¹³³ Ibid., 66.

¹³⁴ Sousa 1535, iij.

¹³⁵ Barros 1540, 6.

¹³⁶ Roboredo 1619, 66.

¹³⁷ Ibid., 80.

¹³⁸ Alvares 1572, 48.

homem moreno. Adjectivos são os que não podem estar na oração sem substantivos, clara, ou ocultamente; ut Tinga, cousa branca.¹³⁹
 grande cousa. magnus, a, um. grave cousa. gravis, e. severus, a, um.¹⁴⁰
 Grande cousa. Magnus, a, um. Grandis, e. grave cousa. gravis, e.
 Severus, a, um.¹⁴¹

Não obstante, apesar de terem marcado uma série de propriedades morfológicas, semânticas e sintáticas do adjetivo, os autores portugueses não refletem as suas funções no predicado. Por isso eles não conseguem determinar o adjetivo como uma parte do discurso, continuando a caracterizá-lo como uma das classes do nome. Isto se realizará mais tarde, na tradição francesa, no resultado de um longo (mais de um século) processo da percepção da especificação do adjetivo e do definitivo destaque da oração como um nível especial da língua. Porém, o papel dos autores do século XVI e do início do século XVII neste processo não deve ser desconsiderado. A distinção do substantivo e do adjetivo partindo das suas posições sintáticas, bem como a compreensão dos significados categoriais do substantivo e do adjetivo,¹⁴² junto com as noções de sujeito e de predicado, que estão a consolidar-se nas gramáticas anteriores à de Port-Royal, deveriam servir de base para a formação das idéias de membros da oração. Sem a união das duas atitudes – propriamente sintática¹⁴³ e lógico-semântica – não se realizaria a passagem da análise da proposição (objeto da lógica) à sintaxe da oração (objeto da gramática).

Na historiografia, enraizou-se uma visão demasiadamente crítica e não muito adequada da compreensão do caso na doutrina lingüística da época. O desenvolvimento da noção da categoria de caso está ligado com a descrição de línguas que não têm a declinação casual (vernáculo, hebreu, línguas dos territórios descobertos). Quando surgiu a necessidade de apresentá-las com base no cânone gramatical antigo, que se tinha formado para descrever o grego e o latim, em que o caso é uma categoria gramatical (morfológica), os autores quinhentistas e seiscentistas tiveram de resolver o problema da correlação do significado gramatical e os meios da sua expressão. O reconhecimento ou não reconhecimento da existência do caso nas línguas em que não há formas especializadas em exprimir o respectivo significado está ligado à engendração das

¹³⁹ Figueira 1621, 68-69.

¹⁴⁰ Cardoso 1562, 66.

¹⁴¹ Pereira 1647, 57.

¹⁴² Palavras que significam coisa, ou substância, e as que significam qualidade, ou acidente.

¹⁴³ Isto é, a diferença das posições na frase do substantivo e do adjetivo, a possibilidade/impossibilidade de ser usado independentemente.

noções do caso como categoria lógico-semântica universal ou categoria gramatical (morfológica). A recusa em reconhecer o caso nas línguas que não têm as específicas flexões leva os autores da época à idéia de categoria gramatical (morfológica); a afirmação da existência do caso testemunha a compreensão dele como um significado universal, presente em todas as línguas, mas expresso nelas por meios diferentes, ou seja, a percepção do caso como uma categoria lógico-semântica.

Na lingüística portuguesa dos quinhentos e seiscentos, estão presentes as duas tendências. Oliveira, Távora e Figueira recusam a existência do caso nas línguas que descrevem. Barros, Anchieta, Roboredo e B. Pereira, de um lado, falam da ausência do caso, mas, do outro, estudam os meios da expressão do significado do caso. Os filólogos portugueses partem de diferentes princípios da descrição lingüística que correlacionam com vários tipos de gramáticas: a descrição em direção da forma ao significado leva à recusa do reconhecimento da categoria do caso nas línguas em que não há declinação casual do nome; a descrição em direção do significado à forma resulta no reconhecimento do caso, independentemente dos meios da expressão desse significado.¹⁴⁴ As duas atitudes estão ligadas à modificação da tradição. Os autores que se recusam a apresentar o paradigma da declinação casual modificam o cânone da descrição gramatical, conservando, porém, a compreensão tradicional do caso como categoria gramatical (morfológica), enquanto os autores que rigorosamente seguem o cânone modificam a própria compreensão do caso. Este aparece como uma categoria lógico-semântica universal:

Os nomes [portugueses] se declinão em generos e numeros.¹⁴⁵ casos mostrão antrelles [latinos e gregos] o estado das cousas o qual e diverso segundo os diversos ofiçios dessas cousas: [...] e para estas diversidades [...] tem tambem os nomes antre os latinos e gregos diversidade d'letras dividindo cada estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome [...]: e todavia nossa lingua nem por isso ficou sem outro tam bõ concerto e de menos trabalho. Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declararão nelles tudo o que os casos Latinos e antros Gregos os casos e artigos juntamente: e assi como a nossa lingua faz tudo quãto essoutras cõ mais brevidade e facilidade e clareza.¹⁴⁶ Esta dificultdade mais e' entre os Latinos e Gregos pola uariação dos cásos que açerca de nós

¹⁴⁴ É isto, e não uma ingenuidade lingüística, como às vezes afirmam historiógrafos, que leva os gramáticos da época a apresentar os paradigmas casuais.

¹⁴⁵ Oliveira 1536, Capitulo xliiij, Dviiij v.

¹⁴⁶ Ibid., Capitulo xlvj, Eiiij v-Eiv.

e dos Hebreos: porque toda a sua e nóssa variação e' de singular e plurár [...]. Declinaçám açerca da nóssa linguágem quer dizer uariaçam, per que quando uariam os nome de hũ caso ao outro em seu artigo, ã tã ô declinamos¹⁴⁷. Indeclinabilia sunt omnia hebræorum nomina [...] casus autem cognoscitur parti ex orationis contextu, ut [...] sepherabiliber patris mei patrim vero per articulos, aut præpositiones additas¹⁴⁸. Os nomes não tem casos nem numeros distinctos salvo vocativo, com esta differença, a saber, que os que tem accento na penultima, nada mudão, ut abâ, em todos os casos. Os que tem na penultima perdem a ultima vogal no vocativo, ut túba, túb¹⁴⁹. Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua¹⁵⁰. Caso he special differença do Nome. Chamase Caso, que he queda, que o Nome dà do seu direito assento, que he o primeiro. Nominativo, para o Genitivo, & para o Dativo, Accusativo, Vocativo & Ablativo. E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta differença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que se faz de seu direito assento para o Genit. Hominis; Dat. Homini; Accus. Hominem &c. As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmente vulgares, & Hebraea; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs¹⁵¹. Quando a Preposição, De, rege Genitivo não lhe respõde a Latina cõ a letra alguma. [...] Esta Preposição, Pera, rege Dativo, antepondose a pessoas [...]. & Então não lhe responde a Latina com letra algũa, & fica o seu Dativo de aquisição¹⁵². O mais certo é que, quando ha esta composiçãõ de genitivo possessivo, mais quer significar cousa que tem, que o proprio genitivo¹⁵³. Os nomes nesta lingua, commummente, naõ tem distincão de numeros [...]; nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em

¹⁴⁷ Barros 1540, biiij v-bv.

¹⁴⁸ Távora 1566, Bvii v-Bviii.

¹⁴⁹ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁵⁰ Roboredo 1619, 2.

¹⁵¹ Ibid., 65-66.

¹⁵² Ibid., 48-49.

¹⁵³ Ibid., 13.

ambos os numeros, & em todos os casos; [...] os casos se conhecem por algũas preposições; ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos [...] Assi como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos algũas preposicoens aos nomes. v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, & varia com preposicoẽs¹⁵⁴. Nomina Lusitana quamvis in se ipsis nullam habeant diversitatem casuum [...], accipint tamen quandam veluti extrinsecam diversitatem casuum à particulis *a, o, ao: as, os, aos: de, da, do, dos:* & à propositionibus *na, no, nas, nos: pera, em, com, sem,* quæ regulariter ponuntur ante prædicta nomina, & absque illa variatione intrinseca faciunt illa æquipollere nominibus Latinorum casus diversos per intrinsecam mutationem habentibus jam in numero singulari, quam in numero plurali¹⁵⁵.

A mesma situação achamos na descrição do verbo. Uns autores trasladam o modelo elaborado no cânone antigo ao sistema verbal das línguas às vezes muito diferentes da latina, apesar de faltarem nessas línguas formas especiais para exprimir alguns significados gramaticais. Esses autores se aproximam da compreensão do tempo, modo ou voz como categorias lógico-semânticas universais. Outros só distinguem essas formas nas línguas que descrevem as categorias verbais que têm os meios formais de exprimir os respectivos significados, apresentando-as como categorias gramaticais (morfológicas):

Indicativi Modi Praesens, Imperfectum, Perfectum et Plusquamperfectum. ajucâ, eu mato, matava, matei, havia matado, ou tinha morto¹⁵⁶. o presente do conjuntivo tem a mesma voz que o imperativo, e serve tambem por elle. [...] De proposito se poz em sua linguagem tajucâ, mate eu, terejucâ, mates tu e não: como eu mato, ainda que mate, etc., porque se não faz caso do nome do modo, quer lhe chamem quer concessivo, quer conjuntivo, senão da voz, porque n'este presente se achão todos elles, ut pedindo licença. taçô, va eu. toroçô, vamo-nos. toçô, va elle, ou vão elles. Concedendo, permitindo, mandando, ut tereçô, vas tu, ou vai tu, ou irás tu. [...] Exortando, invitando, imperando, ut tiaçô, vamonos. E assim serve tambem de futuro do indicativo¹⁵⁷. Nas linguas scholasticas dividese

¹⁵⁴ Figueira 1621, 3-5.

¹⁵⁵ Pereira 1672, 18.

¹⁵⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 24.

¹⁵⁷ *Ibid.*, 31.

o Verbo em Activo, & Passivo. Activo he o verbo que de si lança actividade para algum Accusativo: como, Amo literas: Ars imitatur Naturam. Passivo he o verbo, que não tem actividade algũa: antes padece o Nominativo, que concorda com elle; como, literæ Amantur. Nas linguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Passivos: mas ha Participios Pasivos, com os quaes, & com o Verbo Sustãtivo *Sum*, se suprem as vozes Passivas; como em Português. *Amado*, ajuntase ao verbo *Sou*, assi; *Fui amado: Serei amado &c*¹⁵⁸. Nota que sodilea, sodileari, algũas vezes tẽ o sentido do preterito, & prezente, & gerundio em do¹⁵⁹.

A visão de caso, tempo, modo ou voz como categorias gramaticais (morfológicas) ou lógico-semânticas, universais, relaciona-se com dois tipos de gramáticas que se esboçam na época – gramáticas particulares e universais.

Sintaxe

As questões de sintaxe nas gramáticas dos séculos XVI e XVII estão presentes tanto nos capítulos dedicados a construções como nas divisões destinadas à descrição das partes do discurso. A problemática do sujeito, objeto, atributo ou predicado é analisada quando se classificam os nomes e os verbos ou quando se descrevem o caso do nome e a voz verbal. Deste modo, podemos determinar a divisão “de analogia” das gramáticas da época como a descrição da morfologia e da sintaxe das partes do discurso. Portanto, o estudo das características morfológicas e sintáticas das partes do discurso e das suas categorias ainda não está bem separado. Os aspectos sintáticos da palavra não se apresentam ligados às questões da estrutura da frase, mas patenteiam-se como consequência das propriedades morfológicas da palavra. Porém, a análise da tradição portuguesa evidencia a crescente atenção para a oração e revela a tendência de incluir esta problemática na descrição gramatical. Como já foi dito, Roboredo considera a oração o ponto central da língua e o principal objetivo da gramática¹⁶⁰. Mas mesmo na obra de Roboredo ainda não há análise da estrutura lógica da oração como de uma unidade lingüística íntegra, pelo que não podemos afirmar que este gramático tivesse uma concepção formada da oração. O passo definitivo neste caminho fazem-no os autores de Port-Royal: integrando as idéias de duas disciplinas que, no *Trivium* medieval, existiam separadas – as da gramática e da lógica –, com base na análise da estrutura lógica da oração, eles expõem uma concepção constituída da proposição. Essa união

¹⁵⁸ Roboredo 1619, 69.

¹⁵⁹ Estêvão 1640, 35v.

¹⁶⁰ Roboredo 1619, 64.

começou na lingüística medieval, nos modistas, que incluíam a problemática da oração, da proposição, nos seus tratados gramaticais, continuou na tradição pirenaica renascentista, inclusive a portuguesa, e culminou na gramática de Port-Royal. Assim, a obra de Arnauld e Lancelot dá remate a um longo processo, para o qual contribuíram, além dos autores reconhecidos pela historiografia lingüística (Prisciano, Thomas de Erfurt e outros modistas, T. Linacre, F. Sánchez de las Brozas), os gramáticos portugueses da época anterior a Port-Royal. A obra de Roboredo representa uma etapa transitória, necessária para o desenvolvimento do conceito da oração como de um nível lingüístico específico, que constitui o objeto da gramática.

A oração, analisada nas gramáticas portuguesas predominantemente com a ajuda da terminologia morfológica¹⁶¹, aparece como um conjunto que reúne o predicado, o sujeito e o objeto. Os monumentos testemunham a formação da idéia de dois termos essenciais da oração, revelando, deste modo, o início da visão verbocêntrica, ou seja, o esboço da recusa da “filosofia do nome”. Sousa apresenta a estrutura da oração partindo do verbo e indicando o caso que o verbo exige. Resende sublinha a necessidade duma forma verbal finita para formar uma oração e sublinha que uma forma infinita constitui “quase oração”. Roboredo também fala sobre a diferença de predicados expressos pelas formas verbais finitas e infinitas:

Nominativus ante verbum. Omne verbum antecedit nominativus agentis seu patientis¹⁶². Accusativus post verbum [...]. Verba transitiva cuiuscunq; generis exigut accusativum significantem id quod patitur¹⁶³. Duoduis verbum acquisitive positum exigut dativum¹⁶⁴. Ablativum post verbum, [...]. Quodvis verbum admittit significante qualecunq; instrumentum aut modum actionis¹⁶⁵. Infinitivus, aut omnino verbo principali hæret, & à supposito ipsius determinatur, quasi una oratio, ut, Volo legere, Volumus ire. Aut determinatur quide à priori verbo, sed eius actio refertur ad aliud suppositum, quod in adcusativo ante ipsum ponitur, quasi duæ sint orationes. Volo ego, te

¹⁶¹ Neste sistema terminológico, “Nominativo”, “Acusativo”, “Verbo” correspondem às noções de sujeito, objeto, predicado; as expressões “primeira pessoa”, “segunda pessoa” servem para indicar os participantes do ato comunicativo, etc. Mas é interessante o fato de Resende e Anchieta acorrerem também à noção de *suppositum*, que na lógica escolástica exprimia a idéia do sujeito.

¹⁶² Sousa 1535, lxxv.

¹⁶³ Ibid., lxxv.

¹⁶⁴ Ibid., lxxijv.

¹⁶⁵ Ibid., lxxvij.

legere, id est, volo ut legas¹⁶⁶. Ainda que concorrendo estes verbos finitos, Credor, Dicor, Videor, deixão mais frequentemente o Infinitivo, sem seu Accusativo, em Cicero, & outros autores, por ser frase mais elegante cõ brevidade. Porque o Verbo finito quer antes de si Nominativo, & o Infinito quer Accusativo: & havendose de calar algum dos casos para maior brevidade, calase antes o Accusativo; porque o Finito tem mais força para attrair o seu Nominativo¹⁶⁷.

Anchieta explicita as idéias do sujeito, ligado com o verbo, e do objeto. O gramático mostra como eles se expressam, indica a importância do contexto e das construções sinônimas na determinação destes termos da oração. Figueira presta a maior atenção ao verbo e ao seu papel na organização da estrutura da oração, toca a questão de concordância do sujeito e do predicado, reflete o uso do possessivo como meio de exprimir o sujeito da ação representada pelo participio passivo, escreve sobre objetos diretos e indiretos¹⁶⁸. Roboredo, seguindo F. Sanchez, acha impossível uma oração sem sujeito e objeto¹⁶⁹, cuja falta é interpretada como elipse:

Este nome guã, vel ibiã, serve de supposito vago no plural nas terceiras pessoas, porque não fique a oração sem supposito vago no plural nas terceiras pessoas, como quando dizemos: dizem, vão, irão, etc., que no portuguez se diz bem; cá acrescentão-lhe este supposito, ut eyguã, dizem, oçoguã, vão, oçoguãne, irão, etc.¹⁷⁰ yxê, endê, pee sempre são substantivos, servem de suppositos em todos os tempos que tem articulos, ut yxeaçô, eu vou [...]. Onde o verbo perde o articulo, se for activo, tambem podem ser suppositos, porque necessariamente se lhe ha de seguir accusativo [...]. Mas sendo verbo neutro, necessariamente se ha de repetir o xê, ndê, pè, ut yxexeçóreme, se eu for. [...]. Repetidos desta maneira tambem podem ser accusativos em todos os tempos e modos, ut yxexejucã, a mim me matão¹⁷¹. Sendo a terceira pessoa accusativo, falla-se diretamente pelos articulos sem mudança, ut ajucã Pedro, mato a Pedro [...] Pedro

¹⁶⁶ Resende 1540, H.

¹⁶⁷ Roboredo 1619, 190.

¹⁶⁸ Figueira 1621, 150-155, 98-99, 115-116, 156.

¹⁶⁹ “Nominativo” e “Acusativo”.

¹⁷⁰ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 11.

¹⁷¹ *Ibid.*, 16.

é o accusativo [...]. Sempre a primeira e segunda pessoa é accusativo. O nominativo ponha-se ante, vel post, ad libitum, porque o accusativo já fica claro [...]. Sendo a primeira nominativo, e a segunda accusativo, usa-se dos accusativo orô, opô [...] xeorojucâ, eu te matou¹⁷². Sendo a terceira nominativo e accusativo, ainda que pode haver alguma amphibologia, com tudo pela materia que se trata commumente fica claro, como de cousa animata com inanimata, ou de maior qualidade com menor, ut: Pedro come pão [...] claro está que Pedro ha de ser nominativo de qualquer maneira que se ponha, ut Pedro oûmiapê [...]. Quando ha igualdade, então é a duvida: como Pedro matou a Joanne, Pedro Ioanne ojucá, porque ambos podem ser nominativos e accusativos. Mas quando na pratica não se declara bem, usa-se dos participios ára, ira, como dizendo: Pedro foi o matador, Ioanne foi morto, Pedro yjuçaára Ioanne yjucaára¹⁷³. Todo o verbo activo além do seu caso direito, a que chamamos accusativo, pode ter outro algum nome com algũa preposiçaõ: ut Aimongutá Tupã nde recé, Fallo com Deos de vos. i. rogo a Deos por vos¹⁷⁴. A significação, & acção de algüs verbos naturalmente não pertencem a estes Nominativos, Ego, Tu, nem á outros de Plural; & assi se usão sõmente nas terceiras pessoas do singular; como são Pluit, Ningit, Grandinat [...], nos quaes dizião, que Deus era o Nominativo: & estes Tædet, Piget, Poenitet, Libet, Licet [...]. Nos quaes chamados dos Grammaticos Impessoaes, a Oração proxima lhes serve de Nominativo, ut Pompeum nobis amicissimum constat esse. Ou se entende o Nominativo verbal tirado dos mesmos Verbos; ut Tædium tædet: Pluvia pluit: &c. Porque dar Oração sem Nominativo, seria artefacto sem principio. Nestes verbos de fama Aiunt, Dicunt [...], entendese, Homines, per figura Ellipse¹⁷⁵.

Os gramáticos da época analisam *agens*, *patiens* e *objecto agentivo*. As orações com o predicado ativo e passivo são apresentadas como estruturas espelhantes que expressam o mesmo sentido:

Passivus addit ablativus agētis sed accedēte prepositiōe, a vt ab.
Rideris ab omnibus, Vergilius ligitur a me. Accusativus patiens
vertitur in nominativum. Pater castigat filium, filius castigatur a patre.

¹⁷² Ibid., 50-52.

¹⁷³ Ibid., 50-51.

¹⁷⁴ Figueira 1621, 156.

¹⁷⁵ Roboredo, 1619, 184.

Leteri casus fere oesmanet in passivis, qui fuerāt activorum. Doceo te grammaticam. Tu doceris a me grammaticam¹⁷⁶. Passivos propriamente são os dous verbaes de íra e mi, ut in conjugatione. Tambem se poem yê entre o artigo e o verbo, e fica neutro propriamente reciproco em si mesmo, ut ajucâ, mato, ayejucâ, mato-me. Tambem podem ter significação passiva, saltem n'aquelles cuja acção se não pôde fazer pela pessoa agente, ut aû, eu como, ayeû, eu me como. Mas a finita dirá ayeû, eu sou comida, como se usa na terceira pessoa, ut oyeû, comeditur, comestibilis. [...] aimonhaâng, faço; ayemonhâng, sou feito [...]. Se tem ucâr in fine, todos podem ter significação passiva, ut ayejucaucâr, faço-me matar, ou deixo-me matar, sino me occidi¹⁷⁷. Nas linguas Scholasticas Verbos Activos incertos stando na voz Passiva tomão para seu Nominativo, o mesmo Accusativo, que tinhão na Activa: ut, Amo literas: litera amantur¹⁷⁸. Dous Accusativos se usaõ a algus Verbos, que passaõ sua actividade sobre o Accusativo que significa pessoa; & outro que significa cousa [...]: ut eruditio te Grammaticam [...]. Fazendose a Oração destes Verbos peça voz passiva o Accusativo regido da preposição valada, della fica regido: ut tu erudiris a me Grammaticam¹⁷⁹.

Os meios de exprimir os significados circunstanciais (lugar, tempo, instrumento) também são estudados:

Motus ad locum [...]. Que significant motum ad locum aliquem accusativum postulant nominis proprii, citra prepositionem. Eo Romã [...]. Spacium temporis [...]. Quibuslibet verbis apponitur accusativus significans speciem temporis. Potavit totam noctem¹⁸⁰. Quodvis verbum admittit significante quaecunq; instrumentum aut modum actionis [...]. Suma eloquentia causam egit [...]. Scribit cum calamo¹⁸¹. Pe) significa o mesmo In, com accusativo do lugar, com verbos de movimento [...]. E tambem com ablativo com verbos de quietação; In domo, Ocupé¹⁸². Aos Adverbios Umaçúípe, Mamoçúípe, se res-

¹⁷⁶ Sousa 1535, lxxviii.

¹⁷⁷ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 49.

¹⁷⁸ Roboredo, 1619, 74.

¹⁷⁹ Ibid., 187.

¹⁸⁰ Sousa 1535, lxxvj.

¹⁸¹ Ibid., lxxvij.

¹⁸² Figueira 1621, 121.

ponde com os seguintes. Anói, Da outra parte, ou banda. Çajéi, De traves, Keçüí, Daqui. Com os mais nomes de lugares, & pessoas, & ainda com adverbios, se usa da preposição çüí, comumente; Nhum çüí, do campo¹⁸³. Serve também [ablativo] pera falar por tempo & lugar quando a questaõ he por ubi, ut [...] fõcalli ailo, veyo cedo, dõriache tõttaqui assilo, estava na borda do mar¹⁸⁴. De muytos nomes adjectivos, & substantivos se formaõ hūs substantivos cõ hũa diçaõ, p̄nn̄õ, q na oraçaõ ficaõ tendo o sentido seguinte, vdharu, i, α, quer dizer largo, & liberal, delle se forma, vdharα p̄nn̄õ, q quer dizer largueza, liberalidade, [...] & destes, sustantivos assy formados se formaõ huns ablativos que servẽ pera cauza, instrumento &c. ut de vdharαp̄nn̄õ, vdharαpanni¹⁸⁵.

A problemática da oração simples e composta também não está esquecida. Os gramáticos analisam a diferença entre elas, expõem as conjunções que ligam orações coordenadas e subordinadas, mostram a dissemelhança da oração e das construções com formas verbais infinitas, tocam nas questões da pontuação na oração:

Havendo dous verbos n'uma oração, que fazem como duas orações dependentes uma da outra, sempre se ha de ter respeito ao principal verbo da oração e ao supposto d' elle se ha de referir o reciproco, se, vel suos, ut: Pedro vai porque eu o mando, porque tu o mandas, etc. [...] Pedro é a principal pessoa d'esta oração: quasi dicat Petrus it, quia ego se mitto [...], i. e. ipsum Petrum, porque o principal verbo d'essas orações é: Pedro foi¹⁸⁶. Todas as vezes q na oraçaõ vier esta lingoagẽ que, ou porque sempre se hade seguir mhonnu; o qual as vezes tem taõbe lingoagẽ de, se, ut missα sangαta mhonnu p̄lle, vede se esta dizẽdo missa [...] quando depois do futuro invariavel se seguir a lingoagẽ que sempre se hade seguir depois do futuro; mhonnu, ut to ailea puro mhonnu, desejo que venha; mhonnu, posto que antes de algũ verbo, ou nome tem a lingoagẽ, por isso, igitur, ut mhonnu to ailo nã, por isso elle naõ veyo [...], & as vezes senaõ explica na oraçaõ, mas se entẽde, ut tuue, Deuacα cai dinaαnhõlleã prometeste algũa couza ao Pagode¹⁸⁷. Em algũs modos de fallar he

¹⁸³ Ibid., 131-132.

¹⁸⁴ Estêvão 1640, 17.

¹⁸⁵ Ibid., 91v.

¹⁸⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 23.

¹⁸⁷ Estêvão 1640, 105v-106.

duvidoso, se avemos de usar de Gerundio, se de Conjuntivo, por serem semelhantes as linguagens. v. g. nestes modos. Indo eu encontrei vosso irmaõ: morrendo vosso pay fiquei desemparedado. He duvida sobre aquellas palavras, indo eu, & morrendo vosso pay, se haõ de estar no Gerundio, se no Conjuntivo. Seja pois esta regra. Quando a mesma pessoa do mesmo numero, he a que faz em ambos os verbos, devemos usar de Gerundio, como na primeira oraçaõ, indo eu, encontrei eu mesmo. Guixóbo açobaiti nderykyýra. Mas quando a pessoa se varia, ou pelo menos no numero, usamos de Conjuntivo, como se vá na segunda oraçaõ. Derûba reõneme xeporeauçáb¹⁸⁸. Virgula [...]. Põese antes de conjunção, & relativo, & depois de cada verbo com seus casos, que he no fim de cada oraçaõ [...]. E põese outro se despos verbos simprezes sem algum caso, que rejão, como se vê neste exemplo: Pequei imaginando, fallando, obrando. O mais commum he [...] depois de cada verbo com seus casos, distinguindo hũa oraçaõ da outra¹⁸⁹.

Uma importante característica da lingüística da época é a atenção pela problemática de estruturas profundas e superficiais. Já nos primeiros monumentos portugueses, editados décadas antes da *Minerva*, de F. Sánchez, achamos a noção da elipse: os gramáticos quinhentistas escrevem sobre o sujeito expresso e não expresso, substantivo subentendido, etc. Logo Roboredo, bastante influenciado por F. Sanchez, apresenta a análise mais profunda da problemática da elipse, dando muitos exemplos dela. Os autores portugueses estudam a sinonímia das construções gramaticais. A procura da correspondência das estruturas profundas e superficiais é uma condição indispensável para descrever línguas exóticas, tão diferentes dos idiomas até então conhecidos. Acorrendo ao português e às vezes ao latim para ilustrar a especificidade das construções dessas línguas, os gramáticos falam da possibilidade de exprimir o mesmo sentido de maneiras diferentes. A comparação de línguas leva-os à revelação de várias estruturas superficiais correspondentes a uma única estrutura profunda:

Prima & secunda persona serme non explicantur, nisi discretionis, aut Emphasis causa¹⁹⁰. Quodlibet verbum quantumvis intransitivu admittit accusativum nominis significantis eundem actum, ut Quam hic vitam vivitis? [...] Huius generis sunt illa, Longum navigavit iter: Hunc scio mea solide solum gavisorum gaudia¹⁹¹. Infinitivum modũ vocamus, quod personas numerõsq; non definiat. [...] quam nomen

¹⁸⁸ Figueira 1621, 164.

¹⁸⁹ Vera 1631, 37v-38.

¹⁹⁰ Sousa 1535, lxxv.

¹⁹¹ Ibid., lxxvj v.

ante verbum ipsum positum, intellectúmque, præ se ferat¹⁹². Substantivum nomen est, quod per se in oratione esse potest [...]. Adiectivum est, quod in oratione esse non potest sine substantivo apertè vel occultè¹⁹³. A figura Ellipse [...] he mui frequête; a qual pode logo o principiante ir conhecendo per estes numeros. Porque na Sentença em que faltar numero, mostra que neste lugar falta palavra, que se deve suprir de fora para enteirar a Grammatica [...]. Exemplo seja a Sentença [...], que tem estes numeros 1. 3. 4. & falta 2., em cujo lugar entrará, Est, que falta. [...]. Principium (1) dimidium (3) totius (4)¹⁹⁴. Na Regencia de Genitivo se commette muitas vezes a figura Ellipse, pela qual as terminções neutras dos Adjectivos teem as vezes de Sustantivo para regerem Genitivo [...]: ut tantum cibi. s. tantum pondus cibi¹⁹⁵. O Nominativo he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora¹⁹⁶. Nos Infinitivos Latinos se calão muitas vezes estes Accusativos Me, Te, Se, Nos, Vos, Se, & em outros muitos Verbos¹⁹⁷. O uso d'este modo é o do portuguez no conjuntivo com a particula que, e em latim ut: Quero que vas, aipotândeçô, que cá soa: quero teu ir. [...] usa-se dos preteritos dos verbaes em ára, íra, n'esta forma: venho de pescar, a qual é voz do ultimo supino, posto que não se usa senão do ablativo com preposição, venio ex piscatione, cá se diz: venho pescador que fui, ajûyêporacaeroéra¹⁹⁸. E este participio de futuro perfeito, serve de Supino passivo; mas concordando como adjectivo com o seu sustantivo ou claro, ou occulto¹⁹⁹. Os Absolutos são os que significão absolutamente algũa cousa, não tendo caso expresso; mas em seu modo de significar o levaõ consigo²⁰⁰. Outras vezes entre o artigo do verbo activo se mete hũa das tres letras, que servem de relativos, i, ç, com zeura, T, & juntamente

¹⁹² Resende 1540, Gijj v-Giv.

¹⁹³ Alvares 1572, 48.

¹⁹⁴ Roboredo 1619, 81-84.

¹⁹⁵ Ibid., 184.

¹⁹⁶ Ibid., 73.

¹⁹⁷ Ibid., 76.

¹⁹⁸ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, pp. 37-39.

¹⁹⁹ Figueira 1621, 108.

²⁰⁰ Ibid., 86-87.

o nome que avia de ser accusativo do verbo; & de tudo se forma hum só verbo activo. E a fora isso tem outro accusativo, ut Aicomonháng xerûba, faço a rossa de meu pay; A, he o artigo, i, he relativo, có, rossa, he accusativo, monháng, he o verbo activo, em direitura, Faço a sua rossa a meu pai²⁰¹. As vezes se poe na oração o correlativo, to, ty, te, expresso, entendendose tacite o relativo zo, zy, ze, ut tuue macas cõru sangui lale, te hãue quele, fiz o que me mandastes, magõta to vhoõta, que pedir levará. [...] As vezes se entende o relativo oculte na oração, maxime quando se falla pello participio do preterito, ut tuue maca dhaddilõle liquitõ, sãntossanõ vavhile, ly cõ gosto a carta que me mandastes²⁰². Ha alguns verbos como zogulõta, fazer trovois, mõllõbaita fazer nublado, senaita, chouviscar, nitõllõta, esclarecer, fanzõauõta, fazerse tarde, nos quaes nunca se poe expressamente o nominativo do agente, por quanto se entende tacite Deos o Ceo, que he o agente²⁰³.

A consolidação de uma nova compreensão da sintaxe tem duas fontes: a análise lógica da proposição e a revelação dos recursos de exprimir os significados sintáticos por meio das partes do discurso (por suas formas), o que os gramáticos da época descrevem acorrendo à terminologia morfológica. A primeira linha leva à descoberta das estruturas profundas, dos significados sintáticos, enquanto a segunda se concentra nas estruturas superficiais, nos meios propriamente lingüísticos de exprimir os significados. Para a formação da sintaxe como uma disciplina lingüística, diferente tanto da lógica, que só se limita pela análise da proposição, como da morfologia, as duas linhas foram importantes. A análise da tradição gramatical demonstra que na época estudada se está realizando a aproximação das duas atitudes à descrição da língua. A separação da sintaxe e da lógica (reconhecendo, contudo, a importância da problemática lógica) foi um dos fatores da consolidação da lingüística como uma ciência independente, enquanto a divisão da sintaxe e da morfologia levava à estruturação da lingüística. A tradição gramatical portuguesa contribuiu para a formação da sintaxe como uma disciplina com o seu próprio objeto do estudo (a oração) e os específicos princípios da descrição da língua, distintos tanto dos da lógica, como das da morfologia.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Estêvão 1640, 78.

²⁰³ Ibid., 93.

Aspecto comunicativo da língua

Alguns autores da época não se limitam à descrição do sistema lingüístico e prestam atenção ao aspecto comunicativo da linguagem²⁰⁴, apresentando a morfologia e a sintaxe. O interesse pelas questões comunicativas até influencia a ordem da descrição gramatical: Figueira organiza a apresentação de várias partes do discurso – advérbio, interjeição e conjunção – não desde as posições da gramática (morfologia e sintaxe), mas partindo das necessidades da pragmática. Uma parte da sua obra aparece como a exposição de aspectos comunicativos do discurso²⁰⁵. O autor atinge a problemática da linguagem dialogal, classificando advérbios (interrogativos, afirmativos, negativos, laudativos, incitativos, proibitivos, permissivos), dá grandes listas de possíveis respostas, escreve sobre perguntas implícitas e explícitas. Descrevendo a “nota de interrogação” e resolvendo o problema do seu lugar na oração, que depende do tipo da pergunta, o gramático seiscentista faz-nos lembrar a classificação de perguntas *dictais* (aquelas que normalmente se chamam parciais) de Ch. Bally. Caracterizando um grupo de palavras como “advérbios diversos”, Figueira exemplifica o seu uso na fala e dá possíveis réplicas dialogais:

E porque ordinariamente por elles [advérbios] preguntamos, & respondemos: ou entendendose a pergunta tacita, pomos a resposta claramente, a qual dariamos à pergunta se claramente estivera, porémos aqui as perguntas, que se podem fazer, pera sabermos buscar as respostas, que se lhe devem aplicar. Os advérbios porque preguntamos, são os seguintes. Advérbios de tempo. Erimbäêpé? Quando? Bääremepé? Em que conjunção, ou horas? [...] Aos advérbios de tempo Erimbäêpé, Bääremepé, respondem os seguintes. Cöy [...] agora. Irá. Ao diante. Iëí, foi de hoje²⁰⁶. Esta nota de interrogação Pe [...] porseha junto do nome, ou do verbo, sobre cujo significado cae a duvida. v. g. nesta pergunta Xepé açóne? A duvida he se hei de ser eu ou ha de ir, ou outro. E por isso se poem a dição Pe, junto ao pronome Xe, Mas se a duvida fora sobre aver de ir, ou não aver de ir, disseramos, Açópe ixéne? Hei eu de ir, ou não?²⁰⁷. Advérbios diversos. Irõ? Pois? Vedes já. Coité [...], Entaõ, depois disso. Iandú, Se

²⁰⁴ Claro que os filólogos dos séculos XVI e XVII, tocando no discurso de modo empírico, não realizam o seu estudo teórico.

²⁰⁵ Figueira 1621, 127-149.

²⁰⁶ Logo seguem mais 35 respostas a estes dois advérbios interrogativos de tempo. Figueira 1621, 127-133.

²⁰⁷ *Ibid.*, 166.

vem à mão. Oçóu iandú. Ipó, Por ventura, Na verdade. Naçãubi, Naõ sem causa. Cocoty, E por outra parte. Ndãerojái, E nem por isso. Maetepe [...] Hora vede agora. Amé, Assi he, às vezes he ironia. Memé [...], Quanto mais? Biã, Mas, Debalde. Abiã, Ainda cá, quanto mais lá. Iké ãbiã; memétipo Ebapó. Tenhé, Debalde. Oçóu tenhé. Foi de balde. Aujenhé, Bem está assi. Aujetéramo [...], Ainda bem que assi seja ou fosse. Nandé, Mas antes asi. Marandá, Mal, & como não devia. Aémo? E com tudo isso? Amó, Ainda agora Aiúramó, ainda agora venho. Aándé, Mas não foi, ou não he assi²⁰⁸.

Achamos nos textos lingüísticos os meios de exprimir aprovação e confirmação ou desacordo:

[Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. Hehe, Sim, da molher, & tambem do homem. [...] Anhéreá, l, anhécoreá, Dos homens somente. Assi he. Anhérei, l, Anhécorei, Das molheres somente. Assi he²⁰⁹. Niã, hê hũa confirmação do que se diz, ut Açoniã, Vado igitur²¹⁰. De $\alpha\theta\alpha$ ua se uza tambem quando alguẽ vay dizendo algũa couza & o que ouve replica, & tornando lhe a dar rezaõ que lhe contenta ou convensa, dis o que ouvia he $\alpha\theta\alpha$ uã, que quer dizer isso si, deste modo si. [...] A aspiraçaõ hũ, interdentales he de quem vay confirmando, & assentindo ao que se lhe vay dizendo²¹¹. [Adverbios] negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. Aánireá, Dos homens sos. Aáni ri. Das molheres. Naõ he assi. Eám, l, Eámãe, Naõ, das molheres sós. Eráma, Naõ. Absit. Aánangái, De nenhuma maneira, l, Aáni. Aangatutenhé, De nenhũa maneira. Anhéraupé, l, Manheraue, He zombaria²¹².

Nas gramáticas expõem-se os recursos de manter o contato e os marcadores do final da réplica; indicam-se os remédios de provocar a enunciação e os de provocar, permitir ou proibir um ato:

Ou, he de quẽ responde, a que o chamaõ, ã, de quẽ responde perguntando, por não ouvir, ou entender bem²¹³. quando hũ vai contando algũa couza, acabando diz, itulenchi, anny cai nã, ou itulychi matu,

²⁰⁸ Ibid., 136-137.

²⁰⁹ Figueira 1621, 133-134.

²¹⁰ Ibid., 144.

²¹¹ Estêvão 1640, 76-77.

²¹² Figueira 1621, 134.

²¹³ Estêvão 1640, 77-77v.

ou itulochi p̄oicu, ou itulichich qh̄obata, que ve formar o sentido da lingoagē tenho dito não tenho mais que dizer²¹⁴. T̄oxi pronunciado por sy so, depois de h̄u ouvir algũa couza que outro vay dizendo lhe responde como fazemos no latim cō ergo ut tari tuca quite dissára? pois vos que cuidaveis: do qual t̄oxi uzaõ tambem por sy so, quando algua pessoa esta esperando por outra que foi saber de algũa couza, aquelle depois de chegar lhe dis o q estava esperando t̄oxi? que he o mesmo que dizer; pois que temos? como passou? que vay por la? deste t̄oxi repetido se uza per modo de ronqua; quando h̄u vay porfiando, & outro refutando, aquelle que parece vay de vencida, diz no cabo, com impeto t̄oxi, t̄oxi, q he o mesmo q dizer, vos que cuidaveis, que vos parecia?²¹⁵ [Adverbios] Incitativos. Sing. N̄ei. Plur. P̄ei, l, Pen̄ei. Hora fus, applicaivos. Keremé. Depressa fazei. Corit̄ei, Depressa, çogo, Ainda agora. N̄eibé, Outra vez tornai a fazer. Prohibitivos. Aujé, Aujeranhé, Basta já. Nanhó, Nanhóranhé, Basta. Aáni, Aániã, Isso não. Aánumé. Não seja assi. Et̄eumé, Guarte não faças. Pet̄eumé [...] plur. Não façais vos. Touneranhé, Esperemos mais [...]. Eitenh̄eumó [...], Pera que não aconteça. [...] Teinhé, Deixa isso; cessa de fazer. [Adverbios] Permissivos. Nei Aujebéte, Seja embora. Iepé, Seja, mas de balde. Iepé açó, irei de balde. Teinhé, Deixa o fazer²¹⁶. Note-se que de duas maneiras mandamos a alguem que não faça algũa cousa polo Imperativo, Eimonhangumé, não faças, ou pola segunda pessoa do presente do Indicativo, Nderemönháng-i; & este segundo modo tem força de ameaça, ou grande cautella, significando haver grande perigo na cousa que se proibe, ut Guarte, não faças; Nderemönháng-i. Nderári, guarte não caias²¹⁷. Quando se falla mandando com persuasaõ & rogos usaõ do futuro em, dus, em lugar de imperativo, ut hie velle tumi am̄ocãraqh̄uchê: hea v̄ogta h̄e tuuê hat̄i dh̄oxu ch̄ê, esta vez aveis de tomar este negocio entre maõs [...] isto bẽ vejo q não he propriamente imperativo, mas por ter com elle alguma semelhança, o pus neste lugar²¹⁸.

Os autores portugueses apresentam meios de exprimir a atitude ao interlocutor, à situação e ao enunciado. Demonstam os modos de exprimir pedido ou mando:

²¹⁴ Ibid., 83-83v.

²¹⁵ Ibid., 106-106v.

²¹⁶ Figueira 1621, 135-136.

²¹⁷ Ibid., 93.

²¹⁸ Estêvão 1640, 34v.

[Adverbios] Laudativos. Icatú [...], Muito bem. Matúeté [...] Está muy bem feito. Iâ, Iamurú, Folgo que lhe aconteceo mal. Aeboé, Mui a proposito. [...] Naeté [...] Grandemente²¹⁹. Esta aspiração ha se repete, duas, ou tres vezes juntas com impeto, contra aquella que quer dar noutrê ou fazer algũa couza mal feita, como reprehimento, & estranhandolhe o mal que quer fazer pera q o não faça. A mesma aspiração, hũ, também entre dentes serve as vezes pera mostrar agastamento, & aborrecimento dalgũa couza que se lhe diz, ou faz²²⁰. o que esta ouvindo a outrê algũa couza de q não gosta por ser ameassa, ou ronqua, ou quãdo lhe responde cõ algũ de sabor, diz itulenchi mã? any cai nã? tudo isto he o que tendes pera fazer, ou dizer, não tendes mais nada²²¹. tambem por desprezo, & fanfaronia [se uza quito, y, e], diz hũ ao outro, a quẽ despreza, tu quito vlαuncα, & que sois vos pera falar²²². Quando se falla mandando com persuasão & rogos usaõ do futuro em, dus, em lugar de imperativo, ut hie velle tumi amōcã raqhuçe: hea vōgta he tuue hati dhãru che, esta vez aveis de tomar este negocio entre maõs²²³. Quando na oração dizemos trazei outro vinho, ou agoa, ou qualquer couza semelhante, se mandamos trazer mais alem doutro ja trazido, ha se de uzar do adjectivo, anniyccu, i, α, & tambe de agαllo, y, e, ou Choddu, i, α, & αdicu, i, α, inda que anniyccu, i, α, serve também pera dizer trazei doutra casta, ou feição, ou também para mandar trazer quando se bebeo o vinho, ou agoa, ou acabou algũa outra couza, & se manda trazer de novo uzase de anniyccu, i, α²²⁴.

Os gramáticos dão exemplos da etiqueta de linguagem, expõem marcas de características sociais, inclusive as da idade e do sexo de falantes:

Notandum est primò Lusitanos non uti secunda persona singularis *tu*, nisi quando loquuntur cum Persona admodum abjecta, vel admodum familiari: quando enim loquuntur cum persona extranea aliqualis æstimationis, utuntur secunda persona pluralis, v. g. *vos soys, vos amais*, & non dicunt *Tu es, tu amas*. Tertia persona utriusque numeri pertinet ad titulos, quibus nominamus personas digniores.

²¹⁹ Figueira 1621, 136.

²²⁰ Estêvão 1640, 77.

²²¹ Ibid., 83v.

²²² Estêvão 1640, 82v-83.

²²³ Estêvão 1640, 34v.

²²⁴ Ibid., 82v.

Tituli sunt *Vossa Merce, Reverendissima, senhoria, Illustrissima, Excellencia, Eminencia, Alteza, Magestade*. Notetur quòd quando dirigimus sermonem ad personas horum titularum capaces, utimur illis titulis, & non tertiâ personâ, *Elle, ella, elles, ellas*. Est enim fæda inurbanitas, quando loquimur ad similes personas dicere *Ouçã elle, ou ella: Ouçam elles, ou ellas*. Audiat ille, vel illa; Audiant illi, vel illæ. Verùm dicimus *Ouçã vossa Senhoria, vossa Excellencia; Ouçam vossas Senhorias, vossas Excellencias*. Aliquando absque inurbanitate dirigendo sermonem ad similes personas utimur secunda persona, jungendo vocem *Senhor, ou senhora: Ouvi senhores, ou senhoras*²²⁵. Alguns outros nomes ha que [...] tem subintellecto o adjectivo meus em todos os casos, ut aî, minha mãi. O macho chama á irmã pei, guaupíra, minha irmã, e a minha sobrinha itô [...], a irmã ao irmão, ai [...], o pai e mãi ao filho macho piã [...]. Todos os mais maxime vocando nunca se poem sem o adjectivo meus, noster expresso, ut pai, mestre, tio, mãi, etc. xerûb, xemboeçar, xetutîr, xecîg, etc. [...] O senhor, o pai, o mestre, etc. faz, dizem, acejára, o senhor de homem, e não jára sómente, senão quando de si mesmo são absolutos [...]. Isto ha lugar onde é como possessio rei, ut patet exemplis: meu senhor, meu mestre; porque onde isto não ha, absolute se poem como ladrão, mondâ, o máo, angaipába, o fugidor, canhembóra²²⁶. Todos os [...] vocativos [...] se denotaõ com esta particula Guí, I, Gué, que he o mesmo, que O, no Portuguez; [...] Xerûbgué. As molheres porèm em lugar de Gui, ou Gué, dizem Iú, ou Ió, Xe cyg jú, ò minha mãy²²⁷. [Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. Hehe, Sim, da molher, & tambem do homem. Anhé, I, Aié, Anhéráú, Assi he. [...] Anhéreá, I, anhéracoreá, Dos homês somente. Assi he. Anhérei, I, Anhéracorei, Das molheres somente. Assi he. Emoná, Emonàracó. Dessa maneira. [Adverbios] negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. Aánireá, Dos homês sos. Aáni ri. Das molheres. Naõ he assi. Eám, I, Eámæ, Naõ, das molheres sós. Eráma, Naõ. Absit²²⁸. Ca Dos homês somente. Quyg das molheres sómente. Estas duas syllabas denotaõ resoluçaõ, ou determinaçaõ de fazer algũa cousa. Açó cá, Querome ir. Commümente se lhe ajunta dantes, Ne, ou Pe.

²²⁵ B. Pereira 1672, 37-38.

²²⁶ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, pp. 20-21.

²²⁷ Figueira 1621, 9.

²²⁸ Figueira 1621, 133-134.

Açóne cá, Açópecá, diz o homem; Açónequyg, diz a mulher²²⁹. Aho serve pera quando falamos cõ gente muyto grave, & se acrescenta ao ga, aho, ga, suamino, tambẽ pera muita mais honra, & gente mais grave, se acrescenta ao, ga alem do aho, hũa particula, zi, a qual se poẽ as vezes cõ ga, & as vezes se elle, ut aho zi suamia, ola meu senhor [...]. A gente baixa, em lugar de todas estas interjeições de chamar uzaõ entre sy pera chamar da particula, ou letra, o, ut o Francisca o Francisco²³⁰. Aho uzasse qundo fallamos cõ homes mais graves, que nos, aga, se uza pera cõ igoais, & v̄aya, as vezes se uza cõ os homẽs baixos, & mininos, & are, sempre pera os tais, Ague pera cõ as molheres de qual quer qualidade. Ago pera cõ as mininas baixas, & que naõ saõ bramanas & pera as escravas. Are pera as mininas bramanas²³¹. Por cauza de honra, uzaõ da terceira pessoa do Pl. pera a segunda do singular ut tu mi qh̄oi vetat̄α, ou vetati, onde vay V. M.²³².

São estudados os meios de dar expressividade à linguagem:

A, com til, ã, dá energia a alguãs palavras: ut Açóã, Eisme vou. Aániã, Aáriã, isso naõ. Guarda²³³. Aúb, significa defeito, ou má vontade na aççãõ. Açóãúb, vou, mas de má vontade. Acepiacãúb, desejo ver, tenho saudades de alguem. [...] E se o verbo atraz se repete, tem mais força: ut Aço açóãúb, folgo que vou. [...] Quando se repete a diçãõ, significa grande desejo. Açóãúãúb, vou com grande desejo, & pressa. [...] Çóér, Ndoér, Xoér. [...] significaõ a mesma frequencia na aççãõ dalgũa pessoa. [...] A estas se ajunta tambem ás vezes Ia, ou Yabí, & significaõ com muito mais efficacia, ut Denhemoyrondoeriabi, Sois mui pichoso e rabugento. Tambem Amanoçuer, quasi que ouvera de morrer. Aãrixuér, ouvera de cair quasi. [...] Niã, he hũa confirmação do que se diz, ut Açoniã, Vado igitur. [...] Angái, Negação, como dizermos, De nenhũa maneira²³⁴. uzaõ de dous Dativos que tẽ a mesma significação de hũ, mas so tẽ mais algũ encarecimento, & efficacia no dizer, ut maca Padrica tu dy nãssi, ou maca Bapac̄αtu many nãssi, naõ fazeis cazo de mi que

²²⁹ Ibid., 139.

²³⁰ Estêvão 1640, 16v.

²³¹ Ibid., 76v.s

²³² Ibid., 93.

²³³ Figueira 1621, 138.

²³⁴ Ibid., 138-146.

sou vosso pay²³⁵. A particula ,che, se acrescenta ao cabo de algũa dição pera mayor emphasis, ut yecuchi huso não mais, cainchi nã, nada nada, foxdha vloxitoxchi assα, não faz senão falar²³⁶.

A problemática do discurso aparece nas obras destinadas ao ensino do idioma estrangeiro com o objetivo prático de dominá-lo em várias situações de comunicação: nas gramáticas das línguas exóticas e na gramática do português para estrangeiros de B. Pereira. Para ensinar a formar uma enunciação comunicativamente eficiente, já não basta só mostrar como se constrói uma oração que seja correta desde o ponto de vista gramatical (usar corretas formas morfológicas e construções sintáticas); é também indispensável instruir a escolher os meios correspondentes a vários objetivos pragmáticos.

Língua universal e particular. Esboço de gramáticas universais e particulares

A tradição filológica portuguesa dos séculos XVI e XVII possibilita ver o processo de formação dos novos princípios da descrição lingüística, em primeiro lugar, da consolidação das idéias da língua universal e particular.

Uma importante característica da atitude universalista com relação à língua é a atenção à semântica, e os textos portugueses dão muitos exemplos desta tendência. As questões da semântica, que são sensíveis na gramática de Barros, ocupam um notável lugar nas obras de Sousa (para quem o critério semântico é a base da classificação das partes do discurso²³⁷) e de Robredo. Severim de Faria apresenta a fala (linguagem) como meio de exprimir os conceitos formados pela razão e interpretados, conhecidos pela língua, a qual é compreendida como um intermediário entre a razão e a linguagem. O autor distingue a forma sonora e o significado lexical da palavra: o significado é considerado universal, e a forma sonora pertence à língua particular. Ferreira de Vera reflete a ligação do significado e do significante:

Quid est nomen? Pars orationis que rem significat, non actionem²³⁸.
Ad hec que imperandi & nunciandi significacionem habent²³⁹.
Nomina substantiva que significant possessionem, mensuram sive

²³⁵ Estêvão 1640, 23.

²³⁶ Ibid., 106v-107.

²³⁷ O critério semântico da distinção das partes do discurso é muito importante para vários autores portugueses (lembramos as supracitadas três classes gramaticais que distinguem Oliveira e Távora).

²³⁸ Sousa 1535, iij.

²³⁹ Ibid., lxxiiijv.

numerum, aut relationem ad aliquid genitivum exigit²⁴⁰. Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia²⁴¹. O Nome Sustantivo conhecerá o principiante pela significação vulgar, & seu Articulo junto. [...] O Verbo conhecerá pela significação vulgar²⁴². Aventureiando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingua, como diz Tullio de Interprete do entendimento²⁴³. Vindo depois o tempo da edificação da torre de Babylonia, & querendo Deos castigar aos homes [...] lhe confundiu a lingoagem. Esta cõfusão de lingoas entendem algũs expositores, que foy mudandolhe nos entêdimentos as significações de palavras, de modo que por este mesmo nome pedra, ou pão, entendessem agua, ou fogo; o que parece se collige claramente do nome, confusão, que quer dizer, tomar hũa cousa per outra: [...] presentes ao sermão de S. Pedro no dia do Pentecostes, quando fallando elle na ligoa Hebre, os ouvintes de diversas nações entendião aquellas mesmas palavras em varios idiomas, & estas erão as diversas lingoas [...] a ligoagem primeira de Adão foi dividida pelo mundo com a divisão das gentes [...] levando a todos nos vocabulos, mas não dos significados²⁴⁴. as letras representão as vozes, & as vozes os pensamentos, & conceitos d'alma²⁴⁵.

A ponderação com relação ao significado das formas e construções é especialmente característica das gramáticas de línguas exóticas. A importância da semântica é condicionada pelo próprio objeto da descrição: a orientação só quanto ao aspecto formal não podia garantir uma eficiente apresentação de línguas tão diferentes do latim e do português. Daqui vem o freqüente emprego dos termos “sinal, significar, denotar, sentido, significação, nota”. Apesar de um grande interesse pelas formas da língua, os autores realizam a descrição a partir do significado para as formas, o que aproxima estas obras a gramáticas

²⁴⁰ Ibid., lxxx.

²⁴¹ Roboredo, 1619, 66.

²⁴² Ibid., 80.

²⁴³ Faria 1624, 62-62v.

²⁴⁴ Ibid., 63-63v.

²⁴⁵ Vera 1631, 78.

universais. A tendência oposta – a primazia das formas –, representada na gramática de Oliveira²⁴⁶, marca o início do outro tipo das gramáticas, i.e., as gramáticas particulares. A oposição de dois princípios não é determinada pelas diferenças de línguas que se descrevem – portuguesa, de um lado, e línguas exóticas, do outro –, mas se manifesta em vários monumentos. Tendem as gramáticas particulares às descrições do português (Oliveira, B. Pereira) e do latim (Clenardo). Por seu turno, os rasgos das gramáticas universais caracterizam as descrições do português (Barros) e do latim (F. Pereira, Roboredo), além da gramática hebraica de Távora e das obras de missionários (Anchieta, Figueira, Estêvão). Como já foi indicado, as diferenças entre os dois tipos de gramáticas estão particularmente evidentes na apresentação das categorias de caso, tempo, modo e voz.

Nas gramáticas da época, esboça-se a noção de categorias gramaticais e a diferenciação de vários tipos de categorias. Primeiro, devemos notar que é sensível a tendência de substituir a idéia de acidentes das partes do discurso pela noção de categorias. Tradicionalmente, a descrição das partes do discurso era organizada como a apresentação dos seus acidentes²⁴⁷, os quais incluíam, além das características propriamente gramaticais, as questões léxico-semânticas e a problemática da formação de palavras. Mas muitos gramáticos portugueses²⁴⁸ nem mencionam o termo “acidente”, tendendo uns²⁴⁹ às idéias de categorias universais lógico-semânticas e outros, às categorias gramaticais (morfológicas). A obra de Oliveira é o exemplo mais ilustre desta última tendência. A evolução do conceito de acidente para a noção de categoria gramatical (morfológica) está ligada ao fortalecimento da compreensão da importância dos meios formais de exprimir os significados gramaticais, à renúncia de incluir a problemática de formação de palavras no conjunto das características gramaticais delas e à abstenção de especificar os grupos léxico-semânticos na apresentação das partes do discurso. Da descrição se excluem os aspectos da palavra que não estão ligados diretamente às suas propriedades gramaticais. Mais uma propensão que se nota nas gramáticas da época é a distinção de categorias mais abstratas, ou conceituais, cujo significado gramatical se exprime por várias classes de palavras. Comprova isto o processo de formação da categoria de quantificação, quando os autores portugueses, apresentando o número de nomes, tocam na problemática de singularidade/coletividade, con-

²⁴⁶ Isto se revela na atenção pelas formas gramaticais, na descrição realizada na direção das formas ao significado.

²⁴⁷ Alguns autores usavam o termo “acidência”.

²⁴⁸ Oliveira, Resende, Roboredo, Figueira, Estêvão e B. Pereira.

²⁴⁹ Barros, Resende, os autores das gramáticas missionárias, Roboredo.

tabilidade/incontabilidade e mensurativo, ou o fato de atingirem algumas fa-
ces de categorias de localização no espaço e no tempo:

Algũs nomes não tem plural: como prol: retros. isto. isso. aquilo. quem. alguem. ninguem. E outros não têm singular: como dous. tres. seys. ambos. e ambas. E outros não tem .s. que e a propria letra do plural [...] e todauia sinificãõ muitos [...] como quatro çinco. dez. onze. doze²⁵⁰. Todo nome próprio tẽ singulár e nã plurár: assy como, Cipiam, Lisboa, etc. [...] Nã tẽ plurár os quátro elemẽtos. Verdãde e q bẽ póssõ dizer: eu andei muitas terras, e nũca uy tã bãõ fruta, como a do termo de Lisboa. Aqui neste módo e ã outros nã tomamos as terras como elemento da tẽrra, mas per a diuersidãde das prouincias dẽlla. [...] As cousas que tem medida e peso nam tem plurar: como, azeite, uinho, vinãgre [...]. Sól, lũa, glória, fãma, memória, nam tem plurár²⁵¹. Nomen proprium apud Lusitanos est illud quod in numero singulari rem certam ac determinatam significat [...]. Nomen appellativum est illud quod significat rem incertam, & communem²⁵². Os nomes nesta lingua commummente, nãõ tem distincãõ de numeros, singular, & plurar [...]. Os numeros porem se distinguem com algũs nomes adjectivos, que servem somente de singular, ou de plurar: ou nãõ avendo estes, se entendẽ do modo de fallar. [...] Os nomes adjectivos, que significaõ cousas singulares, ou do plurar somente, sãõ numeraes: & os que nãõ sãõ numeraes, nãõ tem distincãõ de plurar, & singular. Os numeraes do singular sãõ os seguintes. Oiepé, hum. Imocõia, o segundo. Imoçapyra, o terceiro. Oiepéumbe, hum & hum. Oiepé iepé, cada hum per si. Os numeraes do plurar sãõ os seguintes. Mocói, dous. Moçapyt, tres. Monherundyc, quatro. Ambó, cinco: s., hũa maõ, que tem cinco dedos. Opacombó, dez. s. ambas as maõs. Xepó xepyg, meus pès, & maõs: que sãõ vinte. Amó amó, alguns. Cetá, cetá eté, muitos. Ceyi, muitos. Mobyry, algũs, ou quantos? Mobyriõ, muitos. Opá, opabenhé, opacatũ; todos. Oiepéguaçú, todos juntos em hum corpo. Oiepé, junto com verbo no plurar. Todos juntos. Nã; mostrando os dedos. Cíc. Pabe. Todos. Iabiõ, cada hum, i. singuli. Com os sobreditos nomes adjectivos juntos aos sustantivos, significamos a multidaõ. [...] Teyia, significa multidaõ de gente, he colectivo²⁵³. Para significar os outros ordinaes

²⁵⁰ Oliveira 1536, Capitulo xlv, Eijj-Eijj v.

²⁵¹ Barros 1540, 10-10v.

²⁵² B. Pereira 1672, 6.

²⁵³ Figueira 1621, 3-5.

additur este vocabulo çoára, ndoára, ixoára, que todo é um, no fim de outros nomes ou preposições, que quer dizer estante, ou pertencente, ut, tenondê, diante, tenondeçoára, o que está diante, taquipoéri, detraz, taquipoerixoára, o de detraz, etc., ti, dianteira, timendoára, o da dianteira²⁵⁴. Quando se falla por semelhança se poe em Ablativo cou hũa [das] postposições que rege o tal ablativo ante sy. As postposições saõ, bõra bõri, fõrassõri [...] ut to cheddo hea cheddea bõrabõri. Aquelle minino parece como este [...]. Aquelle Cavallo anda como este to bõilu hea bõila sarico; Aquelle Boy he semelhança a este. [...] tache bõrabõricho Chõlo, este minino he da mesma idade, & tempo q elle Dizem taõbe tuze põry hũa nhoe, eu não sou como vos, ou tuze sõry hũa nhoe, tuca anny maca sõri? Somos muyto desigoaes²⁵⁵. Quando fallamos por mensura, uzamos de algũas maneiras de fallar, ut he lacuddõ sã vngõttitã, itule thorõ, este paõ he taõ grosso como seis dedos [...], hea lacuddachy thorivai sã vngõttiyanchy. A grossura deste paõ he de seis dedos [...]. Tambe se diz he lacuddõsã vngõttio thorõ: Este pao he seis dedos grosso²⁵⁶. Neste regimento de mensura se acha as vezes na oraçaõ misturado o outro nome cõparativo, & tambe o Ablativo de cauza ou instrumento hũa Pedru passi gonçalla passi, dunnienõ vthoddu, eu sou mayor dobrasodo que gonçallo. & Pedro tuze hounu, Chouturayenõ satõgunni, hũa õdicu, sou maes sabio que vos sem vezes²⁵⁷. Quando se falla por algũ tempo certo, ou inçerto, se poem aquelle tempo em Ablativo e frases sem postposiçaõ, ut maguilea aitõra, A ssomana passada Dõmparõcheã vellõ, Ao tepo de meio dia²⁵⁸. Quando na oraçaõ se falla por distancia de lugar se pode uzar dos modos seguintes hea ghõracõ anny, tea ghõracõ, ou heã dom gharã bhitari, l, mõdhe Chalissã Vabuache õntõrõ, entre estas duas cazas ha distancia de corenta brassas²⁵⁹.

Como podemos ver, duas tendências que se revelam na época – a importância do aspecto formal e a observância da correlação da semântica e da for-

²⁵⁴ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 14.

²⁵⁵ Estêvão 1640, 85v-86v.

²⁵⁶ *Ibid.*, 87v-88.

²⁵⁷ *Ibid.*

²⁵⁸ *Ibid.*

²⁵⁹ *Ibid.*, 90v-91.

ma – desempenharam um importante papel na consolidação de vários princípios da descrição gramatical²⁶⁰, no desenvolvimento das idéias de categorias lingüísticas e na formação de tipos de gramáticas (particulares ou universais).

Os filólogos portugueses da época não só baseiam a prática da descrição gramatical nas idéias universalistas, mas explicitam-nas. É muito eloqüente a supracitada afirmação de Barros sobre o papel exclusivo do nome e do verbo em todas as línguas. A ilustração mais flagrante do desenvolvimento das idéias da língua universal na época anterior a Port-Royal são as obras de Roboredo. O *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, publicado 40 anos antes da gramática de Arnauld e Lancelot, é um dos primeiros exemplos de gramática universal proclamada como tal²⁶¹. Prosseguindo com as idéias de F. Sánchez, Roboredo escreve sobre a necessidade de distinguir o nível universal, comum a todas as línguas, e particular, sendo os dois níveis objeto da descrição lingüística. A base do nível universal é *ratio*, e a descrição gramatical deve revelá-la. Em conformidade com a concepção racionalista, a descrição da língua é realizada a partir do significado universal para as formas das línguas concretas. Roboredo não só realiza este princípio na prática, mas explicita-o, declarando que as regras, baseadas nos significados, são aplicáveis até às línguas desconhecidas:

Pretêdia que fosse este Methodo universal [...]. Ordenei poucos preceitos [...]. E muitos delles são universaes²⁶². Aa imitação delle se pode ordenar outro semelhante em qualquer lingua²⁶³. acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que têm misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas²⁶⁴. os Latinos erão homês. com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, & a lingua, a declarar o que sentimos: & ainda que as palavras sejam diversas, assi cada hũa per si, como muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas, em todas he a mesma²⁶⁵. Grammatica depende da razão²⁶⁶.

²⁶⁰ Em direção da forma para o significado ou em direção do significado para a forma.

²⁶¹ Comprovam-no os títulos do livro e da sua primeira parte – “Grammatica exemplificada na Portuguesa e Latina”. A gramática aparece aqui como uma abstração universal que pode ser ilustrada por exemplos das línguas concretas, no nosso caso, da latina e da portuguesa.

²⁶² Roboredo 1619, b4.

²⁶³ Ibid., c.

²⁶⁴ Ibid., bv-b2.

²⁶⁵ Ibid., a4v.

²⁶⁶ Ibid., b.

Nella²⁶⁷ o Mestre achará regras novas; porem mui ajustadas com a razão²⁶⁸. Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas linguas que não sei²⁶⁹.

Uma importante característica da doutrina de Roboredo é a diferenciação dos conceitos da oração e da frase, às quais o autor dedica diferentes partes da sua obra. A gramática aparece como um dos constituintes da língua, a par do vocabulário e da frase. Para compreender os textos²⁷⁰ é indispensável saber os três elementos: os significados das palavras, as construções e a frase. A gramática, que representa o nível racional universal da língua, conhece-se no resultado do estudo teórico. A frase, que é relativa à língua particular, está determinada pelas especificidades da fonética, da gramática e do léxico duma língua concreta. Os hábitos da produção eficiente da frase estão determinados pela competência lingüística do falante nativo. A diferenciação dos conceitos da oração e da frase patenteia-se na diferenciação dos objetos da gramática e da retórica. A elipse, segundo Roboredo, é característica da frase, enquanto a gramática reflete a estrutura completa, sem elipse. Assim a gramática, cujo objeto é a oração, representa a estrutura profunda, e a frase representa a estrutura superficial. O autor indica que as construções de elipse se diferem nas línguas concretas e não coincidem em latim, português e espanhol. Deste modo, Roboredo compreende a existência de três níveis: 1. lógico, racional, o nível do significado; 2. de estruturas lingüísticas universais, de orações, pertencentes à gramática racional e universal; 3. de realizações, de frases determinadas pelas características da língua concreta:

Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes.

1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina. 2. Cópia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica [...] ²⁷¹. De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer, q soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640

²⁶⁷ Na *Grammatica Latina* (Roboredo 1625).

²⁶⁸ Roboredo 1625, §3.

²⁶⁹ Roboredo 1619, b4. Nesta declaração sente-se a influência da escolástica, das idéias de Ockam. A importância desta influência é analisada abaixo.

²⁷⁰ As sentenças que Roboredo em grande número expõe na sua obra.

²⁷¹ Roboredo 1619, rosto.

annos. Elle mais Grammatica, & estes mais Latim. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão: & como a lingua consta de Grammatica, Copia, & Frase [...] aquella alcançou mais Grammatica, & estes sabiam mais Copia, & Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavam des os berços. E a natural pronunção, & sitio das palavras no modo de fallar, não o podia o Espanhol encontrar facilmente [...]. Exemplo seja hoje hum castelhano avisado, & ainda escritor, que pronunciará melhor sua lingua Materna, saberá mais Copia, & Frase, que hum Português, & cõ tudo pode haver Português que lhe ensine a Grammatica da lingua, que tambem falla. Daqui resulta hũa conclusã cõtra os que cuidão, que sò na Grammatica consiste a lingua²⁷². A Frase pois, que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra²⁷³. Frase he um particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunção e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. A primeira raiz de que depende he a varia significação metaforica, na qual se usão as palavras, alem da propria e o vario sitio e ornamento dellas. A segunda he a multiplicação de palavras para um conceito e a de conceitos pelas mesmas ou varias palavras. A terceira he o conhecimento e uso da figura Ellipse. A quarta he o conhecimẽto de Dativo e de Substantivo, q ou per cõtinação no mesmo caso ou postos em diverso, fazem diverso modo de fallar, e o conhecimẽto e uso de alguns Adjectivos, Adverbios e Conjunções. A quinta he o uso das Preposições, que com seus casos e varios significados produzem varios modos de fallar²⁷⁴. As palavras da Oração do Grammatico põe o Rhetorico em sitio quase opposto. Porque o Grammatico segue a ordem natural [...]. Porem o Rhetorico como pretende enfeitar esta Oração, colloca as palavras no sitio, que melhor armonia faz aa orelha: & nesta armonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação [...]. Põi o Rhetorico no primeiro lugar o caso regido; no segundo, o Nominativo: no terceiro, o Verbo. [...]. Grammatico. Virtus occupavit animam. Rhetorico. Animam Virtus occupavit. [...]

2. Põi Rhetorico o Adjectivo primeiro, que o Sustantivo; & entre

²⁷² Ibid., b.

²⁷³ Ibid., c.

²⁷⁴ Ibid., 182.

ambos põi o Genitivo regido do Substantivo. Põi sempre o caso regido primeiro, que a palavra regente. Converte algũas vezes o Genitivo em Adjectivo possessivo. [...] 3. Ajunta o Rhetorico a hum sustantivo dous adjectivos: & dous Sustantivos a hum Adjectivo²⁷⁵. Muitas figuras Ellipses desta maneira, que admite a Latina, não admite a Portuguesa, nem a Castelhana: por tanto, com as palavras, que se hão de supprir, se descobrem defronte as figuras. E per esta via notarás de passagem a differença da frase destas tres linguas²⁷⁶.

Na tradição portuguesa, a idéia da língua universal é aplicada a vários níveis do sistema lingüístico. Espalhando no nível do som os princípios universais, que de várias maneiras se realizam em línguas concretas, os autores portugueses sondam a correlação entre a fonética geral e a particular. O aparecimento de dicionários bilíngües²⁷⁷ pode considerar-se a realização não só da tendência à codificação do léxico da língua nacional, mas também da atitude universalista: a própria criação de tais dicionários fica possível se está baseada na idéia da existência de um conceito uno expresso por vários lexemas das línguas concretas. Isto é ainda mais justo para os dicionários plurilíngües que fixaram uma característica da lexicografia da época. Basta lembrar numerosas edições do dicionário de Calepino, ao qual se apoiou Roboredo, ao escrever o seu dicionário²⁷⁸. As obras do gramático português exemplificam também a aplicação das idéias da língua universal no nível do texto: o autor do *Methodo Grammatical para Todas as Línguas* desenvolve a tendência, que surgiu na Espanha e na Inglaterra²⁷⁹, de criar coletâneas plurilíngües de microtextos paralelos (sentenças)²⁸⁰. Como no ponto de partida para elas serviu a idéia da existência de significados comuns que se realizam em várias línguas por meios diferentes:

posto que as vozes sejam naturaes a todo homem em comum, algũas gentes tem certas vozes suas proprias, que homẽs de outras nações nem com tormento podẽ bem pronunciar²⁸¹. Dittongo he palavra Gre-ga, q quer dizer, som dobrado, ou ajuntamento de duas vogaes, que guardão sua força em hũa sã syllaba. Estes se formão em cada lingua de differentes maneiras, & per diversos ajuntamentos de vogaes. Na

²⁷⁵ Ibid., 203-204.

²⁷⁶ Ibid., 1923.

²⁷⁷ Na tradição portuguesa, do dicionário de Cardoso.

²⁷⁸ Roboredo, 1621.

²⁷⁹ As coletâneas, intituladas *Ianua linguarum*.

²⁸⁰ Roboredo, 1623.

²⁸¹ Vera 1631, 78.

nossa lingua ha dezassete²⁸². Porque os vocabulos destas linguas [latim, português e espanhol] assi dipostos, e oppostos mediante este artificio se fallão de janella a janella [...] comunicando entre si os significados. Porque assi como as sentenças Latinas (o que é patente no vocabulário) abraçam quase todo o Calepino; assi tambem as traduções dellas em outras linguas abração semelhante copia por razão dos significados diversos [...]. A qual segunda parte não he outra cousa se não hũa multiplicação de frases sobre a mesma sentença, e de sentenças sobre o mesmo argumento²⁸³.

O estudo da tradição filológica portuguesa da época anterior à de Port-Royal destrói um dos mitos da historiografia lingüística sobre a perda das idéias lingüísticas do Medievo. Os textos comprovam o conhecimento por autores portugueses dos séculos XVI e XVII da tradição escolástica, das idéias de modistas. Os monumentos testemunham que não foi nada perdida a idéia fundamental da lingüística medieval, declarada por R. Bacon, R. Kilvardby, Seiger de Brabante, Boécio de Dácia e Thomas de Erfurt, a da gramática universal como base das línguas particulares. Achamos também nos textos portugueses alusões a *modi significandi*, a suposito, adsignificação, etc.:

Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia²⁸⁴. In numero plurali declinantur nomina quæ significant res plures per modum plurium, ut. Pedros, pedras, ceos, terras. Petri, lapides, coeli, terræ²⁸⁵. nomen [...] est pars orationis, quæ casus, numerum, & genus habet, neque tempora adsignificat²⁸⁶. Nos [verbos] feitos absolutos de activos se poem supostos em todas as pessoas²⁸⁷.

O estudo das obras portuguesas dos séculos XVI e XVII dá razões para afirmar que a lingüística da época não só conserva a idéia da língua universal, formada na Idade Média, mas desenvolve-a, embora com certas transformações, condicionadas pelas mudanças do contexto sociocultural. O problema de refletir significados universais pela língua era estudado no decurso de toda a história da lingüística²⁸⁸, mas é na prática da descrição de múltiplos idiomas

²⁸² Ibid., 25.

²⁸³ Roboredo, 1623, ¶3-¶3v.

²⁸⁴ Roboredo 1619, 66.

²⁸⁵ B. Pereira 1672, 11.

²⁸⁶ Ibid., 5.

²⁸⁷ Anchieta 1595. Cit. pela edição Anchieta, J. de. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil* [...]. Leipzig, 1874, p. 70.

²⁸⁸ Por Platão, Aristóteles, modistas, Linacre, Sanchez.

que esta problemática se estende a toda a variedade de línguas, a qualquer língua concreta. Os gramáticos do período que estamos analisando desempenharam um importantíssimo papel nesta extrapolação, para a qual contribuiu a nova situação sociolingüística por levantar o problema da descrição de diversas línguas e estimular a aplicação a elas do cânone gramatical antigo. A consolidação das idéias de língua universal e língua particular estava ligada ao estabelecimento da correlação entre os significados universais e os meios concretos da sua expressão em línguas reais.

Os gramáticos dos séculos XVI e XVII estão, menos que os autores medievais, dedicados às questões da semântica, que deixa de ocupar o lugar central nas obras renascentistas. A atenção da lingüística transfere-se da análise especulativa da semântica (que era tão importante para os modistas do Medievo) para a revelação dos meios de exprimir significados, na prática de descrição de muitas línguas. Um conjunto de fatores determinou a expansão e consolidação das idéias da lingüística universal na época que estudamos: a noção de *ratio*, *intellectus*, herdada da Antiguidade e desenvolvida pela escolástica; a necessidade de descrever muitas línguas; a existência do cânone gramatical antigo, aplicável a diversas línguas, que deu o modelo da sua descrição. A correlação dos atos mentais e de estruturas formais que a escolástica aplicava a uma só língua analisada, o latim, os gramáticos dos quinhentos e seiscentos apropriaram a várias línguas, descrevendo-as com base no cânone clássico e guardando, primeiro implicitamente, e depois explicitamente, a idéia da existência dum abstrato nível racional.

A conservação na Península Ibérica da tradição escolástica, que analisava os meios de exprimir os significados universais em uma língua (latina), facilitava aos gramáticos portugueses o estudo de outras línguas, às vezes muito diferentes, pois eles, graças à sua educação, já estavam preparados para a descrição da língua na direção do significado à forma. Este princípio nota-se já em descrições do vernáculo (em primeiro lugar, na gramática de Barros) e é ainda mais sensível nas gramáticas de línguas exóticas. Também este princípio chegou a ser um dos mais importantes elementos da prática lingüística da época: a descrição de línguas que às vezes diferiam muitíssimo do latim ou do português só podia basear-se nos significados universais. A tradição anterior outorgou à lingüística dos séculos XVI e XVII um sistema pronto de significados gramaticais universais – serviu como tal o cânone antigo que já se entendia não só como a gramática latina, mas começou também a perceber-se como o modelo da descrição de qualquer língua (primeiro vernáculos, logo hebreu, depois idiomas dos territórios descobertos). A transferência de categorias do latim a outras línguas, tão criticada por alguns historiógrafos como defeito e ingenuidade dos gramáticos renascentistas, na realidade contribuiu para a con-

solidação das idéias da gramática universal. Na época estudada, efetuaram-se as mudanças que em muito determinaram o desenvolvimento posterior do pensamento gramatical: em consequência de aplicar o cânone a diversas línguas forma-se um cânone gramatical uno, que chega a ser instrumento da descrição de línguas com sistemas gramaticais diferentes, desde os idiomas clássicos até os de indígenas da América, Ásia ou África. Se antes a gramática era a ciência de uma só língua (primeiro grega, logo latina), pelo que na escolástica medieval a noção da língua universal era puramente especulativa, nos séculos XVI e XVII a idéia da gramática universal aplicável a todas as línguas já se realiza na prática da descrição gramatical. O emprego do cânone para descrever diversos idiomas resultou na “separação” do cânone da concreta língua latina, na universalização do próprio cânone, na compreensão dele como um sistema abstrato de categorias universais. Podemos traçar as etapas deste processo: do cânone clássico, que se baseava nas categorias elaboradas pela filosofia antiga para apresentar a única língua sujeita à descrição (na Europa Medieval era o latim que desempanhava o papel desta língua universal em todos os aspectos), através da aplicação a toda a multiplicidade de línguas, freqüentemente muito diferentes do latim, para a compreensão do cânone como um sistema universal de categorias, a compreensão dele como a língua universal, Língua em geral, base de todas as línguas. A prática de descrever múltiplas línguas, seguindo um cânone gramatical uno, junto com a idéia especulativa dos escolásticos, desempenhou um importante papel na formação das idéias da gramática universal. A consolidação destas idéias nos alvares da Idade Moderna está ligada a um conjunto de causas: 1. conservação da atitude lógica às questões da língua e da noção da base racional da língua; 2. recusa da visão hierárquica de línguas; 3. prática de descrever várias línguas, aplicando-lhes o cânone gramatical antigo. Em todos estes aspectos o contributo da tradição portuguesa é bem notável, o que assinala o seu papel na formação das idéias de Port-Royal.

Tipologia

Ao conceito da língua universal está ligada a engendração dos estudos tipológicos. A primeira obra na tradição portuguesa que tem os traços da descrição comparativa de duas línguas, latina e portuguesa, é o *Commentarius*, de Resende. Apresentando o verbo latino, o autor dá análogos portugueses de modos, tempos, vozes e formas impessoais. Os monumentos possibilitam ver como se amplifica a esfera da comparação. Nas obras de Resende e, mais tarde, de Álvares, a comparação atinge apenas o verbo, aliás sem abranger todo o paradigma (os autores somente expõem uma forma de cada tempo ou modo português). Nas gramáticas missionárias a comparação já é realizada em todos os níveis do sistema lingüístico (descrevendo os seus autores a fonética, a

morfologia e a sintaxe), mas ainda só serve para exibir, com meios da metalíngua, os significados das formas e construções que se descrevem:

Indicativi paradigmata- Præsens. Eu amo agora. Singulari. Amo ego. Amas tu. Amat ille. [...] Passivum eius. Eu som amado hachora. S. Amor ego. Amâris vel amâre tu. Amatur ille²⁸⁹. nesta lingoa não ha propriamente a pronunciação de dous .ss.porq os naturaes em lugar delles pronuciam z.²⁹⁰ Ahe, he o mesmo que hic, este, he singular. Aõa, he o mesmo que hi, estes, he plural. Teyia, significa multidaõ de gente, he colectivo²⁹¹. Aicomonháng xerûba, faço a rossa de meu pay; A, he o artigo, i, he relativo, có, rossa, he accusativo, monháng, he o verbo activo, em direitura, Faço a sua rossa a meu pay²⁹².

Roboredo dá um passo decisivo no caminho de formar a descrição comparativa propriamente dita, apresentando simultaneamente duas línguas, latim e português. F. Pereira, mais tarde, também segue este princípio. Nas obras de Roboredo a comparação é realizada nos níveis de morfologia (abrangendo todas as partes do discurso), sintaxe, lexicologia e até inclui microtextos. O autor confronta os paradigmas completos latinos e portugueses; deste modo, as formas de uma língua não só servem para demonstrar o significado das formas da outra, mas são o objeto da própria descrição comparativa:

Tempo pres.	Eu	Am-o.	Ego	Am-o.
	Tu	Am-as.	Tu	Am-as.
	Elle	Am-a.	Ille	Am-at.
Plural	Nos	Am-âmos.	Nos	Am-âmus.
	Vos	Am-áis	Vos	Am-âtis.
	Elles	Am-ão	Illi	Am-ant. ²⁹³

Um dos *Discursos* de Severim de Faria é um interessante testemunho da divulgação da idéia de estudo tipológico de línguas. O autor compara, ainda que faça isto só com o fim de ilustrar algumas das suas teses ligadas à apologia da língua materna, fenômenos fonéticos e gramaticais de várias línguas, sendo o círculo delas bem amplo (latim, português e outras românicas, grego, hebreu, “teutônico” e chinês, entre outras):

na Hebreia os nomes são muito poucos, & faltãolhe os comparativos, & superlativos, & por dizerê: Milhor he confiar em Deos q nos

²⁸⁹ Resende 1540, Aijjv.

²⁹⁰ Estêvão 1640, 3.

²⁹¹ Figueira 1621, 5.

²⁹² Ibid., 87-88.

²⁹³ Roboredo 1619, 14.

Principes dizem: *Bonum est sperare in Deo, quam sperare in Principibus*²⁹⁴. Por razão das palavras terê poucas silabas, pretede mostrar Ioão Goropio, que a sua lingua Cimbrica, ou Teutonica he mais abreviada de todas, porque quasi todas as palavras são monosilabas; mas [...] tambem os Chinas tem todos os vocabulos monosilabos²⁹⁵. Esta nossa conjugação & declinação do infinitivo não tem os Italianos, nem Franceses²⁹⁶.

No desenvolvimento das idéias da tipologia podem ser destacadas várias etapas. Primeiro, quando surge a idéia da possibilidade de empregar o cânone antigo para codificar o vernáculo, a comparação ainda não é meio nem objetivo da descrição, só é uma consequência da aplicação do tradicional modelo gramatical à língua materna. É bem lógico que no decurso de tal descrição se realizasse, esporadicamente, a comparação do latim e do vernáculo²⁹⁷. Logo, descrevendo outras línguas (hebréia²⁹⁸, idiomas dos territórios descobertos) os gramáticos acodem a formas e construções do latim ou do vernáculo como meio de explicar os fenômenos de uma língua, que o leitor não conhece, através de outra, conhecida. A comparação torna-se uma condição necessária da descrição, mas ainda não é o seu objetivo, pelo que não se realiza sistematicamente. E, finalmente, nas obras de Roboredo, F. Pereira e B. Pereira, a comparação chega a ser um objetivo especial da descrição; embora subjetivamente se faça para ensinar a língua estrangeira com a ajuda dos fatos da materna, objetivamente deparamos com a descrição comparativa de sistemas gramaticais de duas (no caso de B. Pereira, até três²⁹⁹) línguas em uma obra, realizada consciente, explícita e perseverantemente. A apologia da língua materna serviu como um dos impulsos para a engendração da tipologia: no resultado da amplificação do paradigma funcional do vernáculo e do uso dele como a linguagem da ciência; nosso caso, com a metalíngua, surgem as obras que apresentam na língua materna os sistemas gramaticais de outros idiomas. Ao mesmo tempo, a descrição comparativa de línguas está ligada às idéias da língua universal. A revelação do conjunto de significados gramaticais, que varia em di-

²⁹⁴ Faria 1624, 65v.

²⁹⁵ Ibid., 68.

²⁹⁶ Ibid., 73.

²⁹⁷ As gramáticas de Oliveira e de Barros dão muitos exemplos disto.

²⁹⁸ Na obra de Távora há comparações do hebreu com o latim e o francês; a gramática acaba com o texto paralelo, em hebreu e português, dum fragmento do Antigo Testamento (Távora 1566, Hv-Hiiv).

²⁹⁹ Latim, português e italiano.

versas línguas, bem como a necessidade de exprimir os significados de uma língua por meio de outra, que serve de metalíngua, inevitavelmente contribuiu para o desenvolvimento da noção de língua universal como um sistema de significados gramaticais abstrato, que se realiza de várias maneiras em línguas particulares.

Visão histórica da língua

A atitude histórica da língua é mais uma inovação favorecida pelo contexto sociocultural da época. Neste período evolui a concepção de mudanças lingüísticas, as quais deixam de se entender como uma característica de línguas “não gramaticais” (vernáculos) e como “corrupção”. Pelo contrário, começa a considerar-se a propriedade de todas as línguas, inclusive as clássicas. Já a gramática de Oliveira contém esta idéia. Desenvolve-a Nunes de Leão, que cria uma das primeiras descrições da história da língua, antecipando a noção das leis fonéticas e outros postulados da lingüística histórica dos séculos XIX e XX.³⁰⁰

mui poucas são as cousas q durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas q sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes/juizos e tratos dos homẽs³⁰¹. E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homẽs as poserão na perfeição q agora tem³⁰². Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança & alteraçãõ, assi he tambem nas lingoagẽs³⁰³. A corrupção per troca de hũas letras por outras he mui comũ , & q cõprendẽ as mais das palavras, porq de ecclesia dizemos igreja, de desideriu desejo, de cupiditas cobiça. Na qual maneira de corrupção hã hũas certas letras que quasi sẽpre respondẽ a outras, como o diphtõgo au, dos latinos a, q os Portugueses respõde com o seu ou, como por audio, ouço, por aurum ouro, por taurus touro, por laurus, louro, por maurus, mouro, & por paucus pouco [...]. Da mesma maneira se mudãõ as letras em outras semelhantes como he o l. em r. & o p. em b. o t. em d. Porq por obligar dizemos obrigar, por blandus brando, [...] por amatus, amado³⁰⁴. As letras entre si teem

³⁰⁰ Por exemplo, o autor renascentista revela muitas correspondências fonéticas entre o latim, o português e outras românicas e apresenta-as em tabela: *clavis* / *chiave* / *llave* / *chave*; *planus* / *piano* / *llano* / *chão*; *amarunt* / *amarono* / *amaron* / *amirão* (Leão, 1576, 29-29v).

³⁰¹ Oliveira 1536, Capitulo xxxvj, Dj v.

³⁰² *Ibid.*, Quarto capitulo, Aiiij-Aiiij v.

³⁰³ Leão 1606, 1.

³⁰⁴ *Ibid.*, 36.

hūas com as outras muita semelhança, & e afinidade, & portãto facilmente se corrõpem & mudão hūas em outras, não soamente de hūa lingoa a outra, mas em hūa mesma lingoa. Polo que, teendo noticia desta semelhança, & mudança, que fazem de huas em outras, facilmente viremos dar cõ a origem dos vocabulos corruptos. [...] A. primeiramente se muda em .e. como de alacris, alegre. de factus, feito. de amavi, amei. & aas vezes ẽ .ou. como de aurum, ouro. de laurus, louro. de taurus, touro. [...] B. mudase em .v. como de debeo, devo. de caballus, cavalo [...]. L. corrompese em .r. como de blandus, brando. de clavus. cravo [...]. E quãdo vem despois de .c. f. p. corrompese em .ch. como de clavis, chave. de flamma, chama. de plaga, chaga³⁰⁵. sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunciação de .ão. que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de .om. q punhão, em lugar de .an. ou .on. dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão algũs homẽs d'entre Douro & Minho, & os Gallegos que dizem, fizerom, amarom, capitom, cidadom, taballiom, apellaçom. O qual respeito, & analogia, se guardão em muitas palauras, hūas lingoas a outras, como se vee nas lingoas, Latina, Thoscana, Castelhana, & Portuguesa, em muitos nomes, que começão em letras muta com liquida, que sempre vão em hūa proporção, respondendo hūas lingoas a outras³⁰⁶.

Os autores portugueses recusam a tradicional, desde Platão, análise da correspondência do nome à coisa designada. Oliveira e Barros criticam etimologias que relacionam o nome de coisa às suas propriedades³⁰⁷. A inovação de Nunes de Leão consta de que ele subordina a análise da semântica e da fonética da palavra à revelação da sua origem. A atitude histórica com relação à língua, que se esboça na época, junto com o descobrimento de muitos processos na fonética, bem como a tarefa de procurar as fontes do léxico português e a rejeição de tocar o problema de denominação, conduz Nunes de Leão a uma nova compreensão da etimologia, bem próxima à dos nossos dias. Como resultado, o autor renascentista dá etimologias de 1662 palavras portuguesas, uma grande parte das quais é correta.

A apologia da língua materna – a recusa de ver nela a corrupção do latim – leva à formação de idéias que antecipam postulados da lingüística histórica e à constituição de novas disciplinas: fonética histórica, gramática histórica, lexicologia histórica, etimologia. No entanto, a visão histórica ainda fica na pe-

³⁰⁵ Leão 1576, 25-26.

³⁰⁶ Ibid., 29-29v.

³⁰⁷ Oliveira, 1536, Capitulo. xxxj, Civ v, Barros 1540, Aiiij.

riferia da doutrina lingüística do período estudado, só se aplica às românicas³⁰⁸ e não se estende a outras línguas.

Linguodidática

A situação sociolingüística dos séculos XVI e XVII ainda é muito atual com relação à problemática do ensino de línguas, chamando a atenção para a metodologia, para a criação de manuais do novo tipo. Uma das tarefas da época é a elaboração de métodos “intensivos”, que possibilitem reduzir os prazos de aprender uma língua (por exemplo, a latina) em comparação com o estudo tradicional³⁰⁹. Entre os filólogos portugueses responde a estes desafios Roboredo, cujos textos lingüísticos representam todo um conjunto de livros, indispensáveis para o estudo inicial da língua: manuais de gramática (um deles, *Methodo*, além da parte teórica contém a parte prática, de exercícios), coletânea de textos, que antecipa a idéia de livros de leitura anexos a manuais modernos, e dicionário, que contém o vocabulário dos textos³¹⁰. Claro que em Portugal, antes de Roboredo, também se criavam obras destinadas ao ensino³¹¹, mas os seus autores não tocavam os assuntos da linguodidática. Roboredo é o primeiro que especialmente se dirige a esta problemática, que está exposta no prólogo do *Methodo Grammatical*. Ele pode considerar-se um dos fundadores da compreensão moderna das questões do ensino da língua estrangeira. Uma importante característica da doutrina do autor português seiscentista é a declaração da possibilidade de aplicá-lo a qualquer língua³¹². Deste modo, da gramática universal resulta a idéia de elaborar os princípios universais da linguodidática:

E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comüs para saber facilmente outras linguas³¹³. passar per este Methodo para as

³⁰⁸ Ela não se sente, por exemplo, na gramática missionária de uma das línguas da Índia (concani), de Estêvão, ainda que alguns paralelos entre esta língua indo-européia e as românicas fiquem bem evidentes para o leitor dos nossos dias.

³⁰⁹ É para o curso tradicional, de muitos anos, que está apropriada a gramática de Álvares, criticada por Roboredo.

³¹⁰ Roboredo 1619, 1625, 1623, 1621. Este conjunto completava uma descrição de ortografia, infelizmente perdida, da qual só é conhecida a reedição tardia, reelaborada no século XVIII: Roboredo, A. de. *Regras de Ortografia Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa, 1738 (por iniciativa do Padre Vitorino José da Costa). Mas é notório o interesse pela obra do autor seiscentista no século XVIII, período de florescimento das idéias da gramática universal, na lingüística, e das reformas pombalinas, no ensino.

³¹¹ Cartilhas, gramáticas, entre as quais as de Barros, Sousa, Álvares, gramáticas missionárias; Oliveira escrevia a sua gramática sendo professor na casa de Barros.

³¹² Na tradição francesa esta idéia foi declarada no século XVIII por Beauzée.

³¹³ Roboredo 1619, c4v.

outras línguas³¹⁴. reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa³¹⁵.

O método do ensino está baseado tanto na teoria como na experiência. Os postulados teóricos de Roboredo têm paralelos com as idéias da cognição expostas na escolástica portuguesa³¹⁶. Ele escreve sobre o papel da indução e da dedução no ensino. Da compreensão das propriedades da cognição resulta a importância das questões da escolha e da exposição do material na gramática escolar, a necessidade de separar as gramáticas dirigidas ao professor e ao aluno, ou seja, da gramática teórica e da escolar. Apesar de não realizar o intento de criar uma gramática especial para o professor, o princípio de separação dos dois tipos de gramáticas é respeitado nas suas obras editadas: na *Gramática latina* há indicação de que ela está escrita para o aluno, e o *Methodo* tem umas notas especiais e vários tipos de caracteres para separar as partes escritas para o aluno e para o professor. O racionalismo do método de ensino está determinado pela compreensão da base racional da própria gramática. É de notar que a problemática da língua universal está presente nas gramáticas escolares de Roboredo, e é um dos testemunhos da consolidação das idéias da língua universal no início do século XVII³¹⁷. Isto difere muito o autor português da tradição medieval, em que as idéias da língua universal não aparecem nos manuais (bem tradicionais gramáticas latinas de Villa Dei ou Pastrana) e só aparecem nas gramáticas teóricas (tratados de modistas). Mais uma importante base do ensino, segundo Roboredo, é o sensorialismo; daqui vem grande número de exemplos, a idéia de audio- e visualização, proclamada pelo autor, que é revelada na organização das suas gramáticas (a nítida estrutura delas, paradigmas, emprego de vários tipos de caracteres, um sistema de comentários interlineares e marginais, etc.):

Porem a necessidade [...] me obrigou a entregar estes borrões da primeira mão aa impressão de algũs exemplares pera hũa duzia de ouvintes, em que ajústasse a spiculação com a experiencia³¹⁸. sempre o exemplo devia preceder; e ensinaremse as artes liberaes a modo das mecanicas, em que se obra com o exemplo diante, o qual fica servindo juntamente de regra: pois mais facilmente colhe o entendi-

³¹⁴ Ibid., a4v.

³¹⁵ Ibid., a4v.

³¹⁶ Fonseca 1965, pp. 51-53.

³¹⁷ Vale a pena lembrar que, mais tarde, a gramática de Port-Royal também seria criada como um manual escolar.

³¹⁸ Roboredo 1619, a1v.

mento a regra do exemplo que o exemplo da regra. Notorio é ser o entendimento naturalmente tão dependente em seu obrar dos cinco sentidos corporaes, q nenhũa cousa percebe sem entrar per ellas, e que estes teem por objectos as cousas singulares, as quaes são representadas nos exemplos. Donde o entendimento começa per elles a subir fazendo seus cursos, e discursos até chegar, aas cousas universaes, que são representadas nas regras. Despois q. teẽ subido a estas regras informado dellas torna descendo com mais destreza para os exemplos. De modo que ao discipulo convem primeiro subir assim das partes ao todo, isto he, dos exemplos para as regras, a q chamam metodo da Natureza; e ao Mestre convem o descer desse todo para suas partes, isto he da regra para os exemplos, a que chamão metodo de Doutrina³¹⁹. achei varios usos de Autores Latinos, e varias opiniões de Grammaticos: e desses usos escolhi os que aqui escrevi, reservando algũas cousas de toda a arte para se declararem com mais palavras per notas no metodo de ensinar Grammatica, que servirá de arte para o Mestre, se Deus quiser que a escreva. Deixei ficar algũas regras de outras artes [...]. Mas limitei as, e aclarei as, e fallei nellas per termos mais proprios. [...] Quem desejar provas das figuras Ellipses desfeitas as achará em Linacro, Francisco Sanchez, e na arte de Nebrissense reformada. A prova de quanto aqui se diz pertence a outra parte: não he para arte do minino³²⁰. E como he notoria a grande dependencia, que o discurso humano tê dos sentidos corporaes, procede dereito dos effeitos para as causas, dos exemplos para as regras [...]. Daqui nasce fazerem os exemplos tanto abalo no entendimento humano. Daqui o succeder bem em nossas grammaticas passar da muita explicação do livro para as regras da arte e começar naquella a intelligencia destas: As quaes se sabem despois melhor dando volta pelo Methodo doutrinal despois o principiante ter a primeira ajuda sensual. Como, se mostro em hum livro muitos exemplos da mesma regra, que em cada hum repito em summa, & nelles mostro o caso, tempo, concordia, regencia, as conversões de vozes activas em passivas, acrescentando, tirando, variado, arri-mado o principiante ao livro colhe algũa cousa; & fazendo as mesmas orações de bocca sem livro, ia colhe menos; & explicandolhe as regras sem livro, nem orações, nada colhe. Porque lhe faltão as figuras das letras no papel, a palavra, & oração, como objectos dos sen-

³¹⁹ Roboredo 1625, §1v-2v.

³²⁰ Ibid., §4-§4v.

tidos, mediante os quaes hão ellas de subir ao entendimento³²¹. E fica clara a obrigação de dispor a materia ainda da lingua Materna segundo a natureza do discurso humano depêdête dos sentidos; q he a segunda raiz [...]; ajuntando muitos exemplos em o livro, & em voz, que o aprendiz veja, ouça, apalpe³²².

Não estão esquecidos os aspectos psicológicos do ensino:

E se o gosto de entender allevia o trabalho: (porque o homem naturalmente deseja saber,) a mesma intelligencia serve de Mestre na interpretação da palavra, & frase. E quando o aprendiz for mais aproveitado dará volta aas irregularidades dissimuladas³²³. Fica logo clara a obrigação [...] de me accomodar aa rudeza pueril³²⁴. A emulação entre os Discípulos importa espertar ao menos com louvores e vitupérios³²⁵. Discipulo [...] ha de trazer de casa [...] cinco principios; Idade discursiva: Expedição no ler, & screver: Ingenho: Applicação continua: Fee devida aa arte, & Mestre. [...] correspondendo no Mestre sufficiencia, bondade e benevolencia, não deve faltar a fee benevola do Discipulo³²⁶.

A realização do experimento é uma interessante característica da doutrina pedagógica de Roboredo:

Experimentei, que o discipulo, que souber estas sentenças com destrexa, entenderá qualquer livro Latino de conceito claro, & muito melhor sabendo derivar, & compor. Muitas palavras sabe per este excellento artificio em poucos meses³²⁷. Nos [...] cinco meses os ouvintes, que compriram com as condições acima, sabem declinar, & conjugar destramente, Genero, Preteritos, & Syntaxe [.], fazem orações per voz activa, & passiva³²⁸.

O interesse pela metodologia do ensino é um traço inovador dos trabalhos de Roboredo. A atenção aos aspectos técnicos do ensino revela-se na

³²¹ Roboredo 1619, b2-b2v.

³²² Ibid.

³²³ Roboredo 1619, c2v.

³²⁴ Ibid., b2v.

³²⁵ Ibid., 83.

³²⁶ Ibid., c4.

³²⁷ Roboredo 1619, 79.

³²⁸ Ibid., c4v.

elaboração de um programa e de horário de estudos, no sistema de exercícios que visam tanto ao conhecimento do sistema da língua estudada como ao domínio da fala:

cada mes hum per outro de 19. dias de licção sômente, & os mais são folgas. E dos 19. 4. de recordações; para o progresso das licções ficção pouco mais, ou menos 15. que multiplicados per 12. são 180. que dão 360. licções matinais, & vespertinas, em que se ha de reparar a materia dos dittos tres graos, com o exercicio de declinar, conjugar, orações, themas, repetições, explicações de livros &c. & que as licções hão de ser continuas sem faltas³²⁹. A explicação das Sentenças devem os Discipulos trazer de côr. [...] E como passarem seis ou sete centurias [de sentenças] com as repetições, & recordações necessarias para as fixar na memoria, se pode acrescentar outro livro [...]. De hum Vocabulario, ou das Sentenças pode o Mestre tirar muitos exemplos em que se exercitem as regras do Genero, & Declinações juntamente, & os Nomes exceituados no Genero: & pode no cabo dar hum scritto com alguns Adjectivos commüs, & outros irregulares, com que vão exercitando a pena, & emendando a Orthographia: pois o que se screve fica melhor na memoria. O Verbo que se encontrar nas sentenças poderão os Discipulos conjugar, & fazer per elle Orações arrimadas aa frase da Sentença³³⁰. Todos os seguintes [verbos] se devem conjugar no mesmo dia em que se trazem da lição; e depois se tornarão a conjugar os irregulares atras³³¹. A destreza desta arte experimentei que alcançava o discipulo brevemente com muito exercicio principalmente de declinar, e conjugar nos primeiros dous meses [...]. E no cabo de cada nome declinado, e de cada Verbo conjugado argumentarão dous discipulos estando os mais attentos, usando de premio, ou castigo em aposta. [...] Des o terceiro dia que começarem haõ de fazer cada dia tema subindo per cinco graus. O primeiro de dous Nomes juntos declinados. O segundo de tres, e quatro hum delles Adjectivos irregulares, Hic, Iste [...]. O terceiro ajuntando as terceiras Pessoas dos Verbos aos Nominativos destes tres, ou quatro Nomes declinados, a saber, ao Singular hũa terceira Pessoa de Singular de qualquer tempo correndo os todos, e ao Nominativo Plural hũa terceira Pessoa de Plural do mesmo Tempo. Com que começo a exercitar a concordia do Subs-

³²⁹ Ibid., c3v.

³³⁰ Ibid., 82-83.

³³¹ Roboredo 1625, 69.

tantivo com o Adjectivo, e com o Verbo. Alem disso anteporão a cada Accusativo, E a cada Ablativo sua Preposição, para começar a exercitar a regencia dellas [...]. O quarto, ajuntar hum Accusativo ou Singular, ou Plural a cada terceira Pessoa que ficou junta ao Nominativo do ditto terceiro grao, e para isso sejam os Verbos activos transitivos; e nos Accusativos se ajuntarão os Infinitivos [...]. O quinto será quando andarem decorando as sentenças da Porta de linguas, hũa o duas orações tiradas das mesmas sentenças per modo que fiquem as mesmas palavras, e se variem os Casos, e tempos [...]. E neste tempo se ha de fazer muito exercicio de Orações breves per activa, e passiva na classe. E estes temas dará cada discipulo a seu competidor q entendendo os erros, e os consulte com seu decurião: e na conta das lições se repitão os erros em voz alta. Adestrados neste quinto grao de composição, e de orações fraseadas lhes restão outros tres. O primeiro hũa pouca da prosa historial em Portugues, [...] que virá em Latim, continuando a historia de algum autor [...]. O segundo hũa carta familiar em cada tema, hora de comprimento, hora de comendaticia, hora de vario negocio, correndo os varios generos que ha dellas: e traduzirão tambem em Portugues algũa prosa Latina primeiro a historial, e sabendo o fazer tradução as epistolas de Cicero, ou semelhantes. O terceiro he mais alevantado que propriamente se chama Thema, he para os que studão Retorica, que he dar hũa breve sentença sobre que se faça hum discurso Oratorio; ou hum motivo sobre que se fica hũa carta missiva; ou fazer hua carta Latina em resposta de algũa das de Cicero usando da mesma frase, o tornando a de Cicero em verso; ou algum poema em prosa de elegante frase³³². Os livros, que no principio se irão acrescentando, sejam primeiramente de conceito, & frase clara: como os Dialogos de Vives, ou doutros semelhantes, cujo exercicio de memoria fazendo as figuras, não importa pouco: algũas epistolas claras de Cicero: algum Historiador, que parecer: & sendo ja melhorados os Discipulos, & começando a entender Latim, teem ja bom lugar as mais obras de Cicero, Terencio, Virgilio, &c.³³³.

Uma grande atenção presta-se a vários tipos de tradução. Roboredo sublinha o papel dela na compreensão de diferenças estruturais e estilísticas dos meios de exprimir o mesmo significado na língua materna e na estrangeira:

³³² Ibid., §4v-§6.

³³³ Roboredo 1619, 83.

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e particular frase de cada hũa. Porque a Portuguesa, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa sollicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exclus algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica³³⁴.

Na *Porta de linguas*, que pode servir de protótipo de manual autodidático, Roboredo esboça um gênero de programa para este tipo de estudos:

Em todo o tempo, e lugar podes ter contigo este novo e fiel repetidor, que sem nenhum gasto sem nenhum aparato, sô com tua propria voz te fixará fielmente na memoria a copia de palavras cõ sua syntaxe. E se não podias executar o desejo da lingua Latina por te faltar tempo para frequentar as Escolas, ou dinheiro, para pagar ao mestre, ou por teres pejo de te encorporares com mininos sendo ja mancebo, ou homem, esse desejo podes agora por em execução: sem que alguem atente por tua ocupação³³⁵.

A análise demonstra que na tradição portuguesa foram elaborados os princípios do ensino de línguas estrangeiras, que se aproximam da metodologia moderna, um dos fundadores da qual pode considerar-se Roboredo.

Conclusões

Resumindo esta exposição sumária, devemos reconhecer que nos séculos XVI e XVII se forma a escola lingüística portuguesa, na qual foram elaborados novos conceitos e princípios da descrição da língua. A análise dos seus monumentos dá motivos para uma certa revisão do significado da época inves-

³³⁴ Roboredo 1623, 23-24

³³⁵ Ibid., 22-23.

tigada na história da lingüística, do desenvolvimento das idéias lingüísticas e do papel da tradição portuguesa neste processo e, finalmente, dos princípios da historiografia lingüística.

O período estudado constitui importante etapa no processo de formação da lingüística como ciência madura. Neste período: 1. constitui-se a noção da língua como um específico objeto de estudo, diferente dos outros domínios do saber humano; 2. amplia-se a área de estudo: aumenta o número de línguas descritas, descrevem-se vários aspectos da língua e todos os níveis do sistema lingüístico; 3. surge uma nova problemática, refletindo atenção ao funcionamento da língua na sociedade (questões de apologia, de norma, de comunicação), no espaço (correlação da norma e de dialetos, a língua fora do território nacional) e no tempo (questões de história); 4. elaboram-se os princípios da descrição de toda a variedade de línguas com base no cânone universal; 5. diversificam-se gêneros e princípios de descrição lingüística (criam-se gramáticas, dicionários, diálogos, tratados ortográficos, cartinhas); surgem uma sérias modificações no cânone gramatical, antigamente unificado, o que leva à sua multiplicação; como resultado esboçam-se vários tipos de gramáticas (universais, particulares, descritivas, prescritivas, comparativas, históricas, escolares). Tudo isto testemunha a estruturação do saber lingüístico, refletindo o início de formação das respectivas disciplinas lingüísticas.

A investigação dos monumentos do século XVI e do começo do século XVII destrói uma visão simplista deste período como de uma pura volta à tradição gramatical da Antiguidade clássica e faz-nos recusar uma corrente opinião sobre a perda das idéias da Idade Média³³⁶. Os autores portugueses conservam a essência da doutrina dos modistas, noção da língua universal como base das línguas particulares. Ao mesmo tempo, a lingüística portuguesa da época tem todas as características renascentistas: atenção à problemática da língua nacional, a apologia e a codificação dela. Aliás, os monumentos portugueses antecipam idéias dos séculos XIX e XX (engendração das atitudes histórica e tipológica da língua, interesse por discurso e linguodidática). A doutrina lingüística do Portugal do século XVI e do início do século XVII apresenta uma combinação das mais variadas maneiras de presenciar as questões da língua³³⁷, típicas de várias etapas da história da lingüística. O contexto sociocultural do Portugal quinhentista e seiscentista criou as condições para a síntese de idéias, para a conservação, na época que preparava a consolidação da lin-

³³⁶ De outra maneira fica incompreensível uma “inesperada” aparição das idéias da gramática racional universal na época de Port-Royal, nas quais “de repente” surgem paralelos com o pensamento lingüístico medieval.

³³⁷ O que nos faz lembrar da noção do período interparadigmático da história da ciência.

güística da Idade Moderna, de algumas importantes noções da doutrina medieval para a sua passagem à ulterior tradição lingüística européia. A tradição portuguesa serviu de espaço para o encontro das idéias de vários períodos, de “ponte” entre a lingüística do Medievo e da Época das Luzes. A fusão das idéias lingüísticas da Idade Média e do Renascimento (para o qual foi também muito importante a tradição da Antiguidade clássica) determina um amplo espectro da problemática das obras dos autores estudados, a conservação das idéias das épocas anteriores junto com a elaboração de novas atitudes em relação à língua, que antecipam as idéias da lingüística dos nossos dias. Tudo isto determina o significado da tradição portuguesa na história da lingüística européia.

O estudo da tradição fornece material para esclarecer o processo do desenvolvimento de conceitos científicos no decurso de longo prazo. Um dos exemplos flagrantes da ligação de vários períodos da história da lingüística é o desenvolvimento das idéias da língua universal. Neste âmbito vê-se nitidamente uma linha ininterrupta desde o pensamento da Antiguidade, seguindo-se a doutrina lingüística medieval, composições quinhentistas e seiscentistas, a gramática de Port-Royal e a ciência dos séculos XVIII e XIX, rumando para a lingüística dos nossos dias. Já nas fontes da ciência da língua (nas obras de Platão, Aristóteles, estóicos, Prisciano) estão presentes as questões da correlação entre uma forma lingüística e a realidade que ela designa, o estabelecimento da ligação entre o conceito, a palavra e o objeto da realidade, bem como a distinção da forma e do significado. A escolástica medieval formula a idéia da língua universal, mas, sendo puramente especulativa, ela fica na periferia da doutrina lingüística e, por enquanto, não acha uma execução especial. Nos séculos XVI e XVII esta idéia, herdada da Idade Média, realiza-se na prática da descrição de muitas línguas. A gramática de Port-Royal acumula as principais linhas da tradição anterior: primeiro, a idéia da língua universal e a possibilidade de aplicá-la à descrição de qualquer língua particular; segundo, a distinção da oração como o objeto da gramática e a realização da análise da estrutura da oração no campo da gramática e não no âmbito da lógica. É esta acumulação de idéias, e não a novidade de cada uma delas³³⁸, que marca a consolidação de um novo tipo de gramática, a filosófica e universal, e assinala uma nova etapa na história da lingüística.

A ciência dos séculos XVIII e XIX, continuando e desenvolvendo estas tendências, descreve, desde as posições da gramática universal filosófica, uma enorme multidão de línguas e estuda a problemática da sintaxe da oração. O

³³⁸ A relatividade desta novidade já foi indicada por vários investigadores (Lakoff 1976, Percival 1976, Bursill-Hall 1976).

século XX – depois de coligir, no resultado de uma viragem iniciada no Renascimento, a descrição de muitas línguas concretas, muitos fatos de inúmeros idiomas – volta, mas já num novo nível, à problemática, que os gramáticos medievais elaboravam para a única língua: a correlação das estruturas profundas e superficiais, na sintaxe; as questões da denominação, na lexicologia. Como vemos, o problema da ligação das idéias em várias etapas da história da lingüística não se resolve de maneira simples, como uma absoluta recusa da tradição anterior ou como uma incondicionável conservação das idéias. Na realidade, tem lugar não a rejeição de antecedentes conceitos e princípios da descrição da língua, mas a modificação do seu lugar e importância na doutrina lingüística. Os fatos analisados possibilitam indicar as características reunidas a seguir sobre o processo de formação das concepções lingüísticas. Primeiro, tem lugar uma duradoura, às vezes de uns séculos, etapa da formação de conceitos e princípios da descrição, quando se engendra a atenção a uns certos fenômenos lingüísticos³³⁹. Nesta etapa os conceitos e princípios se formam empiricamente; passo a passo, se elabora a correspondente terminologia; na formação dos conceitos e princípios participa um amplo círculo de autores, as novas idéias estão presentes num grande número de textos. A seguinte etapa é marcada pelo aparecimento de uma obra, não tanto inovadora, mas acumuladora das idéias que se formaram na fase anterior; esta obra apresenta a nova concepção já de maneira sistematizada, o que possibilita, ulteriormente, não ter em conta a etapa inicial da formação destes conceitos e princípios da descrição lingüística³⁴⁰. É esta obra que fica significativa na história da ciência, é aceita como um trabalho revolucionário, na terminologia de T. Kuhn, e determina os limites de dois paradigmas científicos, novo e velho³⁴¹. E, por último, na fase final, realiza-se a percepção teórica dos próprios conceitos e princípios da descrição, tem lugar a instituição da teoria. As mesmas etapas se revelam quando analisamos outras importantíssimas concepções lingüísticas (as de norma, fonema, morfema, etc.). Tudo isto faz-nos rever alguns postulados da história da lingüística e dá razões para precisar o mecanismo da sucessão dos paradigmas científicos e o papel dos períodos interparadigmáticos na nossa ciência³⁴², os quais não são as fases da crise, mas as etapas muito frutíferas que

³³⁹ O interesse por um novo aspecto da língua está determinado pelas mudanças do paradigma cultural e filosófico da época.

³⁴⁰ É lógico que esta afirmação não é justa para a historiografia, que deve levar em consideração todos os detalhes do processo da formação de novas idéias científicas.

³⁴¹ No desenvolvimento das idéias da língua universal, este papel pertence à gramática de Port-Royal.

³⁴² Notemos que o conceito de paradigma científico (Kuhn, op. cit) foi elaborado no material das ciências naturais e não humanísticas, nas quais esta concepção deve ter a sua especificidade.

se caracterizam pela variedade de atitudes com relação à língua. A época que este trabalho analisa com toda a razão pode ser considerada um dos períodos interparadigmáticos, dos quais estendem laços a diversas épocas posteriores da história da lingüística.

O exame de monumentos filológicos baseado no estudo da duradoura tradição européia suscita o problema de formular princípios da historiografia lingüística. Arrisquemo-nos a expor alguns, não muito novos, mas nem sempre respeitados: 1. Nenhum período pode ser excluído do estudo da história da lingüística; 2. Os monumentos das épocas anteriores devem ser analisados com a máxima objetividade e não desde as posições características de uma ou outra escola científica de hoje; 3. Como material de estudo deve servir um *corpus* de textos filológicos possivelmente mais amplo; 4. Todos os monumentos têm de ser sujeitos a uma análise complexa com a finalidade de revelar toda a problemática lingüística que eles contêm; 5. Cada período da história da lingüística deve ser estudado em comparação com a tradição anterior e posterior para possibilitar que se veja o processo de engendração, desenvolvimento, consolidação e filiação das idéias científicas; 6. Examinando os monumentos, é preciso prestar atenção aos sistemas terminológicos dos autores da época e à sua correspondência com a terminologia de hoje para a interpretação adequada dos textos arcaicos; 7. A pesquisa da doutrina lingüística de qualquer período histórico deve realizar-se levando em consideração o contexto sociolingüístico e o sociocultural que em grande parte determinam o conteúdo da doutrina científica da época.

Bibliografia

Almeida, J. M., “Uma gramática latina de João de Barros”, *EUPHROSYNE II*, (Lisboa, 1959).

Alvares, Manuel, *EMMANUELIS ALVARI [...] GRAMMATICA LIBRI TRES*, Olyssipone, excudebat Ioannes Barrerius, 1572.

Anchieta, José de, *ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL [...]*. Coimbra, 1595 (ed. citada neste artigo: Anchieta, José de, *ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL [...]*, coord. Júlio Platzmann, Leipzig, Typographica de B. G. Teubner, 1874.).

Arnould, A., Lancelot, C., *GRAMMAIRE GÉNÉRALE ET RAISONNÉE [...]*. Paris 1664 (1ª ed. 1660)

Bally Ch., *LINGUISTIQUE GÉNÉRALE ET LINGUISTIQUE FRANÇAISE*, 3ème éd. Berne, 1950.

Barros, J. de, *GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA. DIALOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM*, Olyssipone, apud Lodouicum Rotorigiu[m], 1540.

- Buescu, M. L. Carvalhão, *BABEL OU A RUPTURA DO SIGNO. A GRAMÁTICA E OS GRAMÁTICOS DO SÉCULO XVI*, Lisboa, Imp. Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- Buescu, M. L. Carvalhão, *GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI*. Lisboa, Inst. de Cultura Portuguesa, 1978.
- Buescu, M. L. Carvalhão, *O ESTUDO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS NO SÉCULO XVI*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- Bursill-Hall G. L. "Some notes on the grammatical theory of Boethius of Dacia" *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 164-188.
- Calafate, P., "Gramática e filosofia no século XVIII em Portugal", *REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS*, 5, 15 (Lisboa, 1993), 145-154.
- Calepino, A. *AMBROSII CALEPINI DICTIONARIUM DECEM LINGUARUM*. Lugduni, 1585.
- Calepino, A. *DICTIONARIUM LATINUM*. Impressum Rhegii Lingobardiae, 1502.
- Cardoso, Jerônimo, *DICTIONARIUM LATINOLUSITANICUM & VICE VERSA LUSITANICO LATINUM*, Conimbricæ, excussit Joan. Barrerius, 1570.
- Cardoso, Jerônimo, *HERONYMI CARDOSI LAMACENSIS DICTIONARIUM EX LUSITANICO IN LATINUM SERMONEM*, Ulissipone, ex officina Ioannis Aluari, 1562.
- Cardoso, S. Cerveira, *A GRAMÁTICA FILOSÓFICA DE JERÓNIMO SOARES BARBOSA: REFLEXÕES DA GRAMÁTICA GERAL*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Universidade do Porto, 1986.
- Casteleiro, J. Malaca, "A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa" *MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, CLASSE DE LETRAS*, XXI (Lisboa, 1980).
- Casteleiro, J. Malaca, "Jerónimo Soares Barbosa. Um gramático racionalista do século XVIII", *SEP. DO BOLETIM DE FILOGIA*, XXV, (Lisboa, 1980/81, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa).
- Cavaleiro, Estêvão, *NOVA GRAMMATICAE MARIE MATRIS DEI VIRGINIS ARS*, Lisboa, Valentim Fernandes e Hermão de Campos, 1516.
- Cidade H. *LIÇÕES DE CULTURA E LITERATURA PORTUGUESAS*, 2 vols, Lisboa, 1959.
- Cidade H. *PORTUGAL HISTÓRICO-CULTURAL*, Lisboa, 1968.
- Clenardo, Nicolau, *INSTITUTIONES GRAMMATICAE LATINAE*, Bracara, sumptibus Gulielmi a Traiecto, 1538.
- COMMENTARII COLLEGII CONIMBRICENSIS SOCIETATIS JESU [...]*, Coimbra, 1592-1597.
- Coseriu E., *ESTUDIOS DE LINGÜÍSTICA ROMÁNICA*. Madrid, 1977.

Coseriu E., *TRADICIÓN Y NOVEDAD EN LA CIENCIA DEL LENGUAJE. ESTUDIOS DE HISTORIA DE LA LINGÜÍSTICA*. Madrid, 1977.

Coseriu, E., “Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira”, *FERNÃO DE OLIVEIRA. GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (1536)* (edição crítica, semidiplomática e anastática, org. e intr. de Amadeu Torres e Carlos Assunção), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2000, 27-60.

Coxito A. A., *LÓGICA, SEMÂNTICA E CONHECIMENTO NA ESCOLÁSTICA PRÉ-RE-NASCENTISTA*, Coimbra, 1981.

Dubois J., *JACOBI SILVII AMBIANI IN LINGUAM GALLICAM ISAGWGE, UNA CUM EIUSDEM GRAMMATICA LATINOGALLICA, EX HEBRÆIS, GRÆCIS & LATINIS AUTORIBUS*. Parisiis, [R. Estienne], 1531.

Estêvão, Tomás, *ARTE DA LINGOA CANARIM [...]*, Rachol, no Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu, 1640.

Faria, M. Severim de, *DISCURSOS VARIOS POLITICOS [...]*. Discurso II Das partes que ha de haver na lingoagem para ser perfeita, como a Portuguesa as tem todas, & alguas com eminencia de outras lingoas, Evora, por Manoel Carvalho, 1624.

Fávero, L. L., *AS CONCEPÇÕES LINGÜÍSTICAS NO SÉCULO XVIII: A GRAMÁTICA PORTUGUESA*. Campinas, SP., 1996.

Figueira, Luis, *ARTE DA LINGUA BRASILICA. [...]*, Lisboa, por Manoel da Silva, (1621).

Fonseca, P. da, *INSTITUTIONUM DIALECTICARUM LIBRI OCTO*. Olyssipone, 1564.

Fonseca, P. da, *ISAGOGE PHILOSOPHICA*. Olissipone, 1591.

Fonseca, P. da. *Isagoge filosófica*. Introd., ed. do texto latino e trad. Por Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra, 1965.

Freire, A. S. J., “ ‘A gramática latina’ do Padre Manuel Álvares e seus impugnadores”, *AS GRANDES POLÉMICAS PORTUGUESAS* (direcção literária de Artur Anselmo, direcção artística de Sebastião Rodrigues, prefácio de Vitorino Nemésio), Lisboa, Verbo, 1964, vol. I. p. 333-389.

Gândavo, P. de Magalhães, *REGRAS QUE ENSINAM A MANEIRA DE ESCREVER A ORTOGRAFIA DA LINGUA PORTUGUESA: COM HUM DIALOGO QUE ADIANTE SE SE-GUE EM DEFENSAM DA MESMA LINGUA*, Lisboa, na officina de Antonio Gonsalvez, 1574.

Gonçalves, F. Rebelo, “História da filologia portuguesa - os filólogos portugueses do séc. XVI”, *BOLETIM DE FILOGOLOGIA*, IV, 1936.

Gonçalves, M. F., *MADUREIRA FEIJÓ, ORTOGRAFISTA DO SÉCULO XVIII: PARA UMA HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA*. Lisboa, Ministério da Educação, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

IANUA LINGUARUM QUADRILINGUIS. Londini, 1617.

IANUA LINGUARUM SIVE MODUS MAXIME ACCOMODATUS, QUE PATEFIT ADITUS AD OMNES LINGUAS INTELLICENDAS [...]. Salamanticae, anno M.DC. XI. 1611.

IANUA LINGUARUM. Londini, 1616.

Kossarik, M. A., “A doutrina linguística de Amaro de Roboredo”, *ACTAS DO XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA*, Lisboa, 1997, vol. II, 429-443.

Kossarik, M. A., “A obra de Amaro de Roboredo. Questões da historiografia linguística portuguesa”, *ROBOREDO, A. DE, METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS [...]. FAC-SÍMILE DA EDIÇÃO DE 1619*, Lisboa, Casa de Moeda, no prelo.

Kossarik, M. A., “On the problem of tradition and innovation in the history of linguistic studies. renaissance and contemporary linguistic paradigms: two epochs’ bondage”, *VESTNIK MOSKOVSKOGO UNIVERSITETA* [Moscow State University Bulletin] Series 9, Philology, Nº 5 (Moscow, 1995), 104-116.

Kuhn, Th. S., *THE STRUCTURE OF SCIENTIFIC REVOLUTIONS*, Chicago, 1962.

Lakoff R. “La grammaire générale et raisonnée, ou la grammaire de Port-Royal”, *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 348-373.

Leão, D. Nunes de, *ORIGEM DA LINGOA PORTUGUESA [...]*, Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1606.

Leão, D. Nunes de, *ORTHOGRAPHIA DA LINGOA PORTUGUESA [...]*, Lisboa, per Ião de Barreira, 1576.

Louro, Estanco, *GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI*. Lisboa, s.d..

Oliveira, F. de, *GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA*, Lisboa, e[m] casa d’Germão Galharde, 1536.

Percival W. Keith, “Deep and surface structure concepts in renaissance and mediaeval syntactic theory”, *HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND CONTEMPORARY LINGUISTICS*, Berlin – New York, 1976, 238-253.

Pereira, Bento, *ARS GRAMMATICAE PRO LINGUA LUSITANA ADDISCENDA LATINO IDIOMATE*, Lugduni, sumptibus Laurentii Anisson, 1672.

Pereira, Bento, *REGRAS GERAYS BREVES & COMPREHENSIVAS DA MELHOR ORTOGRAFIA [...]*, Lisboa, por Domingos Carneyro, 1666.

Pereira, Bento, *THESOIRO DA LINGUA PORTUGUESA*, Lisboa, na officina de Paulo Craesbeeck, 1647.

Pereira, Frutuoso, *ARTE DE GRAMMATICA LATINA [...]*, Lisboa, offi. de Lourenço de Anvers, 1643.

- Pinto, R. Morel, “Gramáticos portugueses do Renascimento”, *SEP. DA REVISTA DE PORTUGAL, SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA*, XXVII, (Lisboa, 1962).
- Resende, André de, *L. ANDREAE RESENDII DE VERBORU(M) CONIUGATIONE COMMENTARIUS*, Olissipone, apud Lodovicum Rhotogirium, 1540.
- Révah, I. S., *JOÃO DE BARROS. ÉTUDES PORTUGAISES*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1975.
- Roboredo, Amaro de, *GRAMMATICA LATINA DE AMARO DE ROBOREDO MAIS BREVE E FÁCIL QUE AS PUBLICADAS ATÉ AGORA NA QUAL PRECEDEM OS EXEMPLOS AAS REGRAS [...]*, Lisboa, na officina de António Alvares, 1625.
- Roboredo, Amaro de, *METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS [...]*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619.
- Roboredo, Amaro de, *PORTA DE LINGUAS OU METODO MUITO ACCOMODADO PARA AS ENTENDER [...]*, Lisboa, da officina de Pedro Crasbeeck, 1623.
- Roboredo, Amaro de, *RAIZES DA LINGUA LATINA MOSTRADOS EM UM TRATADO E DICIONARIO[...]*, Lisboa, na officina de Pedro Craesbeeck, 1621.
- Sanchez F., *FRANCISCI SANCTII BROCENSIS IN INCLITA SALAMANTICENSI ACADEMIA PRIMARIJ RHETORICES, GRAEQUELINGVAE DOCTORIS MINERVA: SEU DE CAUSIS LINGVAE LATINAE [...]*. Salamanticae, 1587.
- Sousa, Máximo de, *INSTITUTIONES TUM LUCIDE, TUM COMPENDIOSE, LATINARUM LITERARUM, TRADITE DIALOGO, CANDIDIS AC VERE PIJS CENOBITIS SANCTE CRUCIS [...]*, Coimbra, apud Coenobium Diue Crucis, 1535.
- Stegagno, L. Picchio, “La questione della lingua en Portogallo”, *JOÃO DE BARROS. DIÁLOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM*, Modena, 1959.
- Távora, Francisco de, *GRAMMATICA HEBRAEA NOVISSIME EDITA [...]*, Conimbricae, apud Ioanem Aluarum, 1566.
- Teyssier, P., “La prononciation de voyelles portugaises au XVIème siècle d’après le système orthographique de João de Barros”, *ANALI DELL’ISTITUTO UNIVERSITARIO ORIENTALE*, Sez. Romanza. Napoli, 1966, 127-198.
- Torres A., “Dos Códices gramaticais medievos à Gramática de Fernão de Oliveira. Fernão de Oliveira e a sua gramática em edição crítica. Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da Lusofonia. Humanismo inaciano e artes de gramática – Manuel Álvares entre a “RATIO” e o “USUS”. Das fronteiras sem gramática à gramática sem fronteiras – contribuição para a gramaticologia franco-portuguesa”, *TORRES. A. GRAMÁTICA E LINGÜÍSTICA. ENSAIOS E OUTROS ESTUDOS*, Braga, 1999, 43-125.
- Vaugelas, Cl., *REMARQUES SUR LA LANGUE FRANÇAISE* (Facsimilé de l’édition de 1647, éd. J. Streicher), Paris, 1934.

Vera, Á. Ferreira de, *ORTHOGRAPHIA OU MODO PARA ESCREVER CERTO NA LINGUA PORTUGUESA [...] BREVES LOUVORES DA LINGUA PORTUGUESA COM NOTÁVEIS EXEMPLOS DA MUITA SEMELHANÇA QUE TEM COM A LÍNGUA LATINA*, Lisboa, Mathias Rodriguez, 1631.

Verdelho, T., *AS ORIGENS DA GRAMATICOGRAFIA E LEXICOGRAFIA LATINO-PORTUGUESAS*, Aveiro, 1995.

Woll, D., “Portugiesisch: grammatikographie”, *LEXIKON DER ROMANISTISCHEN LINGUISTIK (LRL)*, (Herausgegeben von Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt), Tübingen, 1994, 649-672.